

INFORMS

INFORMATIVO
MERCOS SHIPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 098/2024
Data: 18/09/2024



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
PONTE NÃO RESOLVE PROBLEMA DE CAMINHÕES EM SANTOS E EMPRESÁRIOS PEDEM CONSTRUÇÃO DE VIADUTO	4
RODOVIAS MELHORES E MENOS IMPOSTOS SÃO PRIORIDADES PARA LOGÍSTICA NO BRASIL; ENTENDA	5
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	7
ACORDO INCENTIVA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO NORTE E NORDESTE A AMPLIAR EXPORTAÇÕES	7
TECON SALVADOR TEM NOVA ALTA DE 23,7% NA MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINER	9
ALAGOAS PREVÊ R\$ 23,4 BILHÕES EM PROJETO DO ORÇAMENTO PARA 2025	10
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	11
INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS É O TEMA DA SEGUNDA REUNIÃO PARTICIPATIVA PARA DISCUTIR A AGENDA REGULATÓRIA ANTAQ 2025-2028.....	11
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	12
AVISO DE PAUTA - MINISTRO SILVIO COSTA FILHO PARTICIPA DE CERIMÔNIA DE SANÇÃO DA LEI GERAL DO TURISMO	12
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	12
AVISO DE PAUTA - RENAN FILHO LANÇA OBRAS DE AMPLIAÇÃO E INAUGURA PARADA DE DESCANSO PARA CAMINHONEIROS NA DUTRA NESTA QUINTA (19).....	12
RODOVIAS - RENAN FILHO INAUGURA CONJUNTO DE OBRAS DA TRAVESSIA URBANA DE CRISTALINA DE GOIÁS	13
RODOVIAS - VIADUTO NA TRAVESSIA URBANA DE SANTA MARIA, NO RIO GRANDE DO SUL, É LIBERADO.....	15
BE NEWS – BRASIL EXPORT	15
EDITORIAL – O PORTO DE SANTOS CLAMA POR SOLUÇÕES IMEDIATAS E DE LONGO PRAZO	15
NACIONAL - HUB – CURTAS - COSTA FILHO QUER AMPLIAR VENDAS DE PASSAGENS PELO VOA BRASIL.....	16
<i>Mais voos</i>	16
<i>Descanso 1</i>	16
<i>Descanso 2</i>	16
<i>Visitas técnicas</i>	17
REGIÃO NORDESTE - MINISTRO QUER ACELERAR EXTENSÃO DA TRANSNORDESTINA ATÉ PECÉM.....	17
REGIÃO SUDESTE - ÚLTIMO DIA PARA SE INSCREVER EM CURSOS DA VALE EM MANGARATIBA	18
NACIONAL - GOVERNO DESTINA R\$ 514 MI PARA COMBATER INCÊNDIOS E SECA NA AMAZÔNIA	19
REGIÃO SUL - COMUNIDADE PODE PARTICIPAR DE REVISÃO DO PLANEJAMENTO DO PORTO DE ÍMBITUBA	19
REGIÃO NORTE - VISITAS PREPARAM INTEGRAÇÃO ENTRE PORTO DE CHANCAY E A ZFM	20
NACIONAL - APEXBRASIL E SEBRAE FECHAM ACORDO PARA EXPORTAÇÕES DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	21
NACIONAL - ABEPH REALIZA ASSEMBLEIA EM SANTOS COM FOCO EM MODERNIZAÇÃO PORTUÁRIA	23
SUDESTE EXPORT - SECRETÁRIO DE SP CRITICA VISÃO ELEITORAL EM PROJETOS DE INFRAESTRUTURA.....	25
SUDESTE EXPORT - ANTAQ PREPARA NOVA AGENDA REGULATÓRIA COM FOCO NA NAVEGAÇÃO INTERIOR E MARÍTIMA	26
SUDESTE EXPORT - PORTO DE SANTOS VIVE EXPECTATIVA POR MELHORIAS NOS ACESSOS TERRESTRES	27
SUDESTE EXPORT - TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA MOVEM O FUTURO DO SETOR DE GRANÉIS LÍQUIDOS28	
SUDESTE EXPORT - LOGÍSTICA LENTA SUFOCA CRESCIMENTO ACELERADO DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL	30
REGIÃO SUDESTE - ROTA SOROCABANA E NOVA RAPOSO TERÃO PLANO DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS	31
BAHIA ECONÔMICA - BA	32
PETROBRAS ATINGE MARCA DE 1 MILHÃO DE ACIONISTAS INDIVIDUAIS NA BOLSA	32
REFINARIA DE MATARIPE CHEGA AOS 74 ANOS RENOVADA	32
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	34
MOVECTA CRESCE 70% EM OPERAÇÃO DE CARGA FRACIONADA ATÉ AGOSTO	34
BTP É RECONHECIDA, PELO TERCEIRO ANO CONSECUTIVO, COM SELO OURO DO PROGRAMA BRASILEIRO GHG PROTOCOL. 35	
EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO SOMAM MAIS DE US\$ 14 BI EM AGOSTO.....	36
PORTO DO RIO GRANDE (RS) REGISTRA AUMENTO DAS MOVIMENTAÇÕES DE GRÃOS E CARGAS GERAIS	37
PAULO HENRIQUE É O NOVO DIRETOR-PRESIDENTE DA CODERN	37
EIXOS – NOTÍCIAS DE ENERGIA E POLITICA.....	38
BRASIL BUSCA MAIOR ENVOLVIMENTO DOS EUA EM SETORES-CHAVE DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA.....	38
ASJA E MIGRATIO VÃO INVESTIR R\$ 40 MILHÕES EM USINAS DE BIOGÁS NA PARAÍBA.....	39
TCU – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	40
AUDITORIA AVALIA DESESTATIZAÇÃO DE ÁREA DO PORTO DE ITAGUAÍ NO RIO DE JANEIRO.....	40



JORNAL O GLOBO – RJ.....	42
AO LADO DE LIRA, LULA SANCIONA LEI QUE DESTRAVA R\$ 5 BI PARA SOCORRER EMPRESAS AÉREAS	42
SAFRA FAZ AQUISIÇÃO NO SETOR DE ENERGIA	43
TCU ALERTA GOVERNO SOBRE RISCO DE META DE DÉFICIT ZERO SER DESCUMPRIDA	43
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	44
CSN NEGOCIA COMPRA DA 3ª MAIOR CIMENTEIRA DO PAÍS, QUE TEM DÍVIDA DE R\$ 22 BI	44
QUESTÃO FISCAL NÃO DIZ RESPEITO APENAS A UM OU OUTRO GOVERNO; É UM ASSUNTO INSTITUCIONAL, DIZ LEVY.....	45
COMO O NOVO MARCO REGULATÓRIO PODE IMPULSIONAR O HIDROGÊNIO VERDE NO BRASIL	47
BC DETERMINA QUE BANCOS CRIEM ALERTA DE GOLPE DO PIX; MEDIDA ENTRA EM VIGOR EM 2025	48
OPINIÃO - BANCO CENTRAL QUER SER A ESTATAL QUE NINGUÉM CONTROLA	49
VALOR ECONÔMICO (SP).....	50
COM SECA NO AMAZONAS, TRANSPORTE DE CARGA COMEÇA A TESTAR ‘PLANO B’	50
PT É CORTEJADO, MAS COLOCA DECISÃO DE APOIO PARA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA NA GELADEIRA	51
DESMONTAGEM DE PLATAFORMAS PODE MOVIMENTAR R\$ 306 BI.....	53
INVESTIMENTO DA UNIÃO CRESCE EM 2024, MAS SEGUE INSUFICIENTE	55
LULA SANCIONA LEI NESTA QUARTA-FEIRA QUE PREVÊ R\$ 5 BI PARA SOCORRER EMPRESAS AÉREAS	57
AGÊNCIA BRASIL - DF.....	58
GOVERNO ANUNCIA R\$ 514 MILHÕES PARA COMBATER INCÊNDIOS FLORESTAIS	58
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	59
SANTOS BRASIL ESTÁ EMPENHADA NA CONCLUSÃO DO PROJETO DE LÍQUIDOS EM ITAQUI	59
OSX PROJETA NOVAS OPORTUNIDADES LIGADAS AO OFFSHORE	60
ANTAQ REALIZA AUDIÊNCIA SOBRE ARRENDAMENTO DO TMP-MACEIÓ	61
CRESCE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS AGRÍCOLAS NOS PORTOS BRASILEIROS	61
PRODUÇÃO DE PETRÓLEO DA UNIÃO ATINGE NOVO RECORDE DE 86 MIL BARRIS POR DIA.....	61
ARTIGO - BR DOS RIOS: PROGRAMA QUE PROMETE DESTRAVAR O POTENCIAL HIDROVIÁRIO BRASILEIRO.....	62
FLÁVIO AUGUSTO DA SILVA	64
SETOR DE ENERGIA AUMENTA VINDA DE ESTRANGEIROS E FACILITA INTERCÂMBIO TECNOLÓGICO NO BRASIL	64
MOVECTA REGISTRA CRESCIMENTO DE 70% NA OPERAÇÃO DE CARGA FRACIONADA	65
ESTUDO DA ABOL APONTA NECESSIDADE DE MELHORIAS NA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA.....	65
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	66
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	66



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PONTE NÃO RESOLVE PROBLEMA DE CAMINHÕES EM SANTOS E EMPRESÁRIOS PEDEM CONSTRUÇÃO DE VIADUTO

Representante de empresas da Alemoa questiona funcionalidade da estrutura para veículos pesados
Por Bárbara Farias



Ponte que liga a Rodovia Anchieta à Zona Noroeste, feita pela Prefeitura, não recebe muitos caminhões (Alexsander Ferraz/AT)

O Porto de Santos recebeu mais de 1,91 milhão de caminhões entre janeiro e agosto deste ano, segundo a Autoridade Portuária de Santos (APS). O número explica o porquê dos congestionamentos constantes no Viaduto Paulo Bonavides, na Alemoa, único acesso aos terminais. A situação demonstra que a Ponte Deputada Mariângela Duarte, que liga a Via Anchieta à Zona Noroeste, não ajuda a desafogar o gargalo logístico na entrada da Cidade.

Empresários voltam a enfatizar que a construção do segundo viaduto na Alemoa é a solução certa e urgente.

A Ponte Mariângela Duarte, entregue em 2020 pela Prefeitura, foi construída entre os km 63 e 64 da Via Anchieta. O custo da obra foi de R\$ 81,4 milhões. A Administração Municipal levaria 20 anos para pagar a dívida do financiamento junto à Caixa, conforme A Tribuna publicou na época.

O presidente da Associação das Empresas do Distrito Industrial e Portuário da Alemoa (AMA), João Maria Menano, pondera que a ponte é importante para os moradores da Zona Noroeste, mas não soluciona o gargalo no Porto. “Representa um avanço de dez anos na mobilidade urbana, enquanto o acesso de caminhões para atender ao maior porto do País está atrasado há 20 anos”.

Menano diz que a solução para os caminhões é a construção de um segundo viaduto na Alemoa. “Não há dúvidas de que o acesso à Margem Direita é muito mais importante do que o acesso à Zona Noroeste”, prossegue o empresário, argumentando que o Porto movimentado não somente a economia local, mas também a nacional.

Para o presidente do Sindicato das Empresas de Transporte Comercial de Carga do Litoral Paulista (Sindisan), André Luís Neiva, a ponte ajuda no fluxo dos veículos na Zona Noroeste, em especial os caminhões que acessam as ruas Julia Ferreira e Zelnor de Paiva Magalhães. Contudo, Neiva ressalta que existem outras obras mais importantes, de maior demanda, “como o viaduto no fundo da Alemoa e um segundo acesso ao Porto na Margem Direita”.

A Reportagem tentou falar com o presidente do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomo de Bens da Baixada Santista e Vale do Ribeira (Sindicam), Luciano Carvalho, mas não obteve retorno.

Especialista

O coordenador da Arquitetura e Engenharia da Esamc, Alessandro Lopes, que é especialista em projetos de cidades inteligentes e sustentáveis, avalia que a Ponte Mariângela Duarte é uma obra bem-sucedida, em se tratando de conexão Porto-Cidade.

“Otimiza as operações logísticas e também pode ter um impacto positivo na qualidade de vida dos moradores, com a diminuição do ruído e da poluição”, diz, acrescentando que a obra beneficia motoristas e operadores logísticos.

Prefeitura

A Prefeitura de Santos informa, em nota, que a ponte integrou um conjunto de intervenções que totalizou investimento de R\$ 290 milhões pelo Município, com financiamento pela Caixa Econômica Federal por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2 – Mobilidade, do Governo Federal.

Já a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET-Santos) afirma que a ponte foi concebida como uma nova alternativa de tráfego aos veículos que chegam à Cidade pela Via Anchieta.

“É uma nova rota para a região das ruas Júlia Ferreira de Carvalho e Zelnor Magalhães, no Bairro Chico de Paula, que concentra várias empresas de retroporto. Também veio atender moradores de bairros da Zona Noroeste nos deslocamentos (ida e volta) para a São Paulo, ligando diretamente à Via Anchieta”, finaliza a CET.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 18/09/2024

RODOVIAS MELHORES E MENOS IMPOSTOS SÃO PRIORIDADES PARA LOGÍSTICA NO BRASIL; ENTENDA

Empresas que operam e transportam cargas arrecadaram R\$ 192 bilhões em receita bruta em 2023
Por Bárbara Farias



Os operadores logísticos ainda apostam muito no transporte rodoviário, que representa 60% da matriz atualmente, em detrimento de outros modais, conforme apurou a pesquisa (Vanessa Rodrigues/AT)

Para 91% das empresas que operam e transportam cargas no Brasil, o investimento em rodovias é o mais importante hoje no País, enquanto 89% apontam a redução da carga tributária como prioridade. O setor arrecadou R\$ 192 bilhões em receita bruta em 2023, o equivalente a quase 2% do Produto Interno Bruto (PIB), e gerou R\$ 43 bilhões em tributos.

Os números fazem parte do Perfil dos Operadores Logísticos 2024. O estudo, divulgado nesta terça (17), foi feito pelo Instituto de Logística e Supply Chain (Ilos) para a Associação Brasileira de Operadores Logísticos (Abol).

O mapeamento foi feito junto a 127 operadores logísticos associados que representam 40% do faturamento do setor, segundo a Abol. Para a associação, é uma amostragem válida num universo estimado em 1,3 mil empresas, de pequeno, médio e grande portes, que atuam entre as cinco regiões brasileiras: Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste. A pesquisa é realizada a cada dois anos.

“Comparando com a última pesquisa, a gente observa que os operadores logísticos ainda apostam muito no transporte rodoviário, (60% da matriz de transportes), seja fechado ou fracionado, em detrimento de outros modais, ainda que o apetite pela intermodalidade seja grande e desejável”, afirma a diretora-executiva da Abol, Marcella Cunha.

Ela observa ainda que a cabotagem (transporte marítimo entre portos dentro do País) apresenta um avanço, embora ainda muito incipiente nessa cadeia produtiva.

O estudo aponta que, no ano passado, os operadores logísticos responderam por cerca de 17% dos custos de transporte e armazenagem do Brasil (que somam R\$ 1,1 trilhão), sendo que 76% perceberam aumento de faturamento. A alta da margem, no entanto, não foi tão fortemente percebida devido ao crescimento dos custos e da pesada carga tributária. Apenas 25% dos operadores repassaram integralmente o aumento de custos para os preços cobrados dos clientes.

Investimento

Marcella Cunha avalia como positivo o aumento de investimentos realizados por 68% dos operadores logísticos, em 2023, em comparação ao volume injetado em 2022, conforme o levantamento. Os aportes foram aplicados principalmente em softwares (83%), seguido de obras de infraestrutura (78%) e aquisição de novas máquinas ou equipamentos (69%).

O setor empregou cerca de 2,3 milhões de pessoas direta e indiretamente no País em 2023, sendo a maioria contratada com carteira assinada, segundo a pesquisa.

Abrangência

No Brasil, 47% das empresas operam nas cinco regiões brasileiras ao mesmo tempo e 40% têm participação internacional. Em 2022, 37% estavam presentes em todas as regiões brasileiras. Os operadores de maior porte estão presentes em 81% de todas as regiões.

Em 2024, os operadores atuam em mais de 20 setores diferentes. Cada um possui, em média, clientes de nove indústrias distintas. No topo da lista está o setor de bebidas, com 72%, alta de 14% em comparação a 2022. Em seguida, aparece o setor automotivo e de autopeças, com 70% e expansão de 13% nos últimos dois anos. Na terceira posição estão os cosméticos, com 66% e elevação de 2%.

Portos

Santos está entre os cinco portos brasileiros apontados como os que mais carecem de melhorias em infraestrutura de acesso, segundo os operadores logísticos pesquisados. Os demais são Paranaguá (PR), Navegantes (SC), Itajaí (SC) e Itapoá (SC).

Setor pretende reduzir emissões



O setor busca fontes de combustível limpas, dentro da premissa ESG, diz o levantamento; do total, 39% preferem eletricidade para veículos (Carlos Nogueira/Arquivo AT)

Em média, operadores logísticos pretendem reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEE) em 37% em até oito anos, segundo a pesquisa divulgada pela Abol.

Diante de um cenário no qual 13% das emissões são feitas pelo setor de transporte, 94% dos operadores já contam com um departamento voltado à sustentabilidade.

A sondagem demonstra que 39% das empresas têm metas e objetivos claros, com orçamento definido. Outros 23% já têm um setor com indicadores, mas sem definição orçamentária.

Para cumprir os objetivos, há iniciativas como a redução da idade média da frota (55%), otimização da malha logística (47%) e a roteirização (47%). Entre as medidas já adotadas estão o uso de veículos elétricos e utilização de energia renovável, com 41% e 53% das empresas apostando nessas soluções, respectivamente.

Combustível

O setor também busca fontes de combustível limpas, dentro da premissa ESG (Ambiental, Social e Governança, da sigla em inglês). Entre os participantes da pesquisa, 39% preferem eletricidade para veículos. Outras fontes em uso são o etanol (33%) e o GNV (26%). Ambos possuem baixos níveis de emissão de carbono e maior quantidade de pontos de abastecimento espalhados pelo país.

Há ainda o biogás, diesel verde, gás natural liquefeito e hidrogênio verde, usados por menos de 10% dos operadores, porém com grande potencial para se desenvolverem no médio e longo prazos. A maior parte dos operadores logísticos (63%) afirmou que absorve totalmente os custos para redução das emissões, sem qualquer tipo de repasse para o preço final de seus serviços.



“A Abol tem participado ativamente desse processo por meio do grupo ESG, que há quase três anos desenvolve ações e projetos que contribuem na jornada de descarbonização de cada associada. Conseguimos que todas se nivelassem a partir da construção da sua matriz de materialidade e inventário de emissões”, diz a presidente, Marcella Cunha.

“Também acompanhamos de perto a regulamentação do Mercado de Carbono brasileiro, em tramitação no Congresso Nacional, assim como o PL (projeto de lei) dos Combustíveis do Futuro, que incentiva o desenvolvimento de tecnologias e alternativas menos poluentes”, relata.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 18/09/2024



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

ACORDO INCENTIVA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO NORTE E NORDESTE A AMPLIAR EXPORTAÇÕES

Convênios entre ApexBrasil, Sebrae e entidades setoriais chegam a R\$ 537 milhões para 19 mil empresas para incentivar exportações

Por Agência Gov

Acordo entre ApexBrasil, Sebrae e entidades setoriais, assinado nesta terça-feira (17), no Palácio do Planalto, irá destinar R\$ 175 milhões para incentivar que cooperativas, micro e pequenas empresas (MPE), especialmente das regiões Norte e Nordeste, iniciem ou aperfeiçoem estratégias voltadas para a exportação. A iniciativa vai beneficiar quase 19 mil empresas nos próximos dois anos. Somados a convênios que serão firmados com entidades setoriais, os investimentos chegam a R\$ 537 milhões.

Ao participar da cerimônia de assinatura dos convênios, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin apresentou um cenário favorável às exportações brasileiras, destacando os recordes recorrentes, além de uma série de medidas para impulsionar ainda mais seu crescimento.

Ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Alckmin ressaltou o recorde histórico de US\$ 340 bilhões em exportações em 2023, com saldo comercial de US\$ 98,8 bilhões. “O Brasil cresceu 8,2%, enquanto o volume de comércio exterior mundial cresceu apenas 0,8%” Crescemos, em volume, 10 vezes a média mundial”, afirmou.

“O Brasil está vivendo um momento muito positivo. Com as medidas que estamos implementando, temos tudo para continuar crescendo e gerando emprego e renda para a população”, afirmou o ministro.

Entre as medidas destacadas pelo ministro, estão:

- Aumento do financiamento do BNDES para exportação: O banco público registrou um crescimento de 1.000% nos empréstimos para o setor exportador neste semestre, em comparação com o semestre anterior.
- Brasil Mais Produtivo: O programa busca a transformação digital e ou aumento da produtividade de 200 mil pequenas e médias indústrias, com investimentos de R\$ 2 bilhões.
- Capacitação de mulheres para o mercado exportador: O Programa Elas Exportam, do MDIC, contribui para preparar empreendedoras femininas para o acesso ao mercado internacional.
- Reforma tributária: A reforma, que acaba com a cumulatividade de impostos, deverá impulsionar os investimentos em 14% e as exportações em 17% nos próximos 15 anos, segundo estudos do IPEA.

- Criação do LCD: A Letra de Crédito do Desenvolvimento oferecerá crédito mais barato para o setor produtivo, garantindo mais investimentos para a indústria.
- Depreciação acelerada: A medida, que permite a renovação das máquinas do parque fabril brasileiro, já está valendo.



Haddad, Lula e Alckmin participaram de evento de acordo que vai incentivar MPEs do Norte e Nordeste a promover mais exportações. Foto: Ricardo Stuckert/PR

Acordo ApexBrasil e Sebrae para exportações

Alinhada à Política Nacional da Cultura Exportadora, liderada pelo MDIC, a parceria entre ApexBrasil e Sebrae prevê o desenvolvimento de novos produtos e metodologias para suprir lacunas na jornada do empreendedor que quer exportar.

“A ApexBrasil, com as parcerias firmadas hoje, busca não só aumentar a presença dos produtos brasileiros no mundo, mas democratizar o acesso ao mercado internacional e diversificar as exportações brasileiras”, destacou o presidente da ApexBrasil, Jorge Viana. “A Apex vai ajudar mais e mais empresas a exportar e colocar o Brasil em um outro patamar no cenário do comércio mundial”, reforçou.

De acordo com o presidente do Sebrae, Décio Lima, o convênio tornará possível levar a integração da economia internacional também para as micro e pequenas empresas. “O Sebrae tem o papel de atuar nas condições do ambiente de negócios e, também, aquilo que é imprescindível, permitir que os pequenos possam participar das agendas internacionais de interação econômica”, explicou.

Por meio dos convênios firmados nesta terça, serão realizadas ações como promoção dos negócios brasileiros em feiras internacionais, rodadas de negócios com compradores de todo o mundo; missões com importadores ao Brasil para conhecer a produção brasileira, além de estudos de mercado, defesa de interesses e acesso a mercados.

DIVISÃO – Do total a ser investido nessas ações de promoção internacional de empresas brasileiras e atração de investimentos estrangeiros, 53,6% (R\$ 287 milhões) serão aportados pelo Governo Brasileiro, por meio da ApexBrasil, e 46,4% (R\$ 250 milhões) pelo setor privado, por meio das próprias entidades setoriais.

RETORNO – Os acordos têm a expectativa de gerar mais de R\$ 281 bilhões em negócios internacionais, sendo R\$ 256,5 bilhões em exportações e R\$ 24,5 bilhões em investimentos estrangeiros a serem aplicados em projetos estratégicos do Brasil.

INDÚSTRIA E SERVIÇOS – Serão firmados 14 convênios na área de indústria e serviços, voltados à internacionalização de setores estratégicos da economia brasileira, totalizando um investimento de mais de R\$ 278 milhões. Os acordos têm potencial de gerar cerca de R\$ 68 bilhões em exportações em 2026.

AGRONEGÓCIO – No campo do agronegócio serão sete convênios para ampliar a presença em mercados internacionais dos setores de arroz beneficiado; chocolate, balas, doces e amendoim; carne bovina; frutas e polpas congeladas; máquinas, equipamentos, insumos e tecnologia para produção de etanol e açúcar; etanol e farelo de milho; e produtos para animais de estimação, que totalizam um investimento de R\$ 75 milhões e expectativa de mais de R\$ 185 bilhões em exportações, entre 2024 e 2025.

FUNDOS – O convênio da ApexBrasil e a Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital (ABVCAP) pretende atrair investimentos estrangeiros na ordem de R\$ 24,5 bilhões nos próximos dois anos. O convênio foca na captação internacional de recursos para fundos de investimentos

brasileiros em participação, que por sua vez investirão em empresas e projetos, incluindo oportunidades relacionadas à Nova Indústria Brasil (NIB) e ao Novo PAC.

MÓVEIS – Os acordos contemplam também o setor de móveis. O convênio da ApexBrasil para apoiar este setor a ampliar e fortalecer sua presença em mercados internacionais soma um total de mais de R\$ 33,6 milhões.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 18/09/2024

TECON SALVADOR TEM NOVA ALTA DE 23,7% NA MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINER

Na cabotagem, a alta no Tecon foi de 28%, com 9.6 mil TEUs, principalmente, com materiais dos segmentos de plásticos e polímeros e químicos

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



Tecon Salvador bate novo recorde/Foto: divulgação

O Terminal de Contêineres (Tecon) do Porto de Salvador anunciou que a movimentação de cargas em agosto cresceu 23,7% sobre o mesmo mês do ano passado. Foram movimentados 46,3 mil TEUs (unidade de contêiner de 20 pés), 8,9 mil a mais que o referido período de 2023, com maior representatividade das cargas de exportação e cabotagem (trânsito de navios na costa brasileira).

As cargas de exportação subiram 26%, com a presença de 8.8 mil TEUs cheios, tendo entre as mais expressivas, o algodão produzido da região Matopiba (420%), além dos segmentos de químicos (+21%) e celulose (+21%), e que tiveram como destinos a Ásia, EUA e Europa. Na cabotagem, a alta foi de 28%, com 9.6 mil TEUs, principalmente, com materiais dos segmentos de plásticos e polímeros (+44%) e químicos (+52%) e também bebidas (+76%).

Demir Lourenço, diretor-executivo do Tecon Salvador, explica que os resultados refletem a eficiência operacional que o terminal baiano vem se empenhando em desenvolver ao longo dos anos. “ Nos antecipamos ao prover uma estrutura equipada com tecnologia de ponta para que a Bahia esteja à frente, capaz de receber os maiores navios na costa brasileira, mapeando oportunidades, fortalecendo negócios já existentes, contribuindo na busca pelas melhores soluções para cada segmento”, avalia o executivo.

Transbordo no Tecon

No serviço de transbordo, operação para reposicionamento de contêineres cheios e vazios e que permite a conexão entre terminais por meio de hubports, o crescimento mensal foi de 37% (12,1 mil TEUs) com aumento de cargas com conexões tendo como destinos/origens: Singapura, China e Índia, no exterior, e, no Brasil, Paranaguá (PR), Pecém (CE), Navegantes (SC), Manaus (AM) e Suape (PE).

Em julho, o Tecon Salvador havia alcançando a maior movimentação geral de contêineres da sua história em 24 anos. Foram movimentados 43.750 TEUs (unidade de contêiner de 20 pés) frente ao recorde anterior de 43.431 TEUs de março deste ano.

No período, o algodão vindo da região de Matopibapa, incluindo o Oeste baiano, também teve grande destaque na movimentação, com maior presença entre maio e julho, com carga 2.682% acima do mesmo período do ano passado.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 18/09/2024

ALAGOAS PREVÊ R\$ 23,4 BILHÕES EM PROJETO DO ORÇAMENTO PARA 2025

Projeto do Orçamento 2025 foi enviado à Assembleia Legislativa de Alagoas, que deve apreciar matéria após as eleições

Por Vanessa Siqueira - vanessa.siqueira@movimentoeconomico.com.br



Projeto com Orçamento 2025 deve ser apreciado pela Assembleia Legislativa de Alagoas após o período eleitoral. Foto: Divulgação

O Governo de Alagoas enviou à Assembleia Legislativa (ALE) o projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o exercício de 2025. A previsão do estado para a receita bruta dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de mais de R\$ 23 bilhões.

O Projeto de Lei detalhando as estimativas para o exercício fiscal de Alagoas para o ano de 2025 foi publicado em edição suplementar do Diário Oficial do Estado da-feira (17). Ele foi elaborado através de estudos e pesquisas realizados pela Secretaria de Estado de Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas (Seplag).

De acordo com o projeto protocolado na ALE, a receita bruta estimada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de R\$ 23.467.341.229,00. Deste montante, R\$ 21.214.719.903,00 bilhões são previstos para a esfera Fiscal e R\$ 2.252.621.326,00 para a esfera da Seguridade Social.

O estado fixou como despesas totais nos Orçamentos Fiscais e de Seguridade Social R\$ 18.544.820.466,00, sendo R\$ 12.086.415.692,00 previstos para gastos no orçamento fiscal e R\$ 6.458.404.769,00 em despesas com o orçamento da seguridade social.

O projeto encaminhado aos deputados estaduais ainda prevê que o Poder Executivo fica autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, durante o exercício, créditos suplementares, até o limite de 30% do total da despesa fixada.

Há ainda a estimativa da receita total de R\$ 16.715.063,00, prevista para o orçamento de investimento nas empresas em que o Estado, de forma direta ou indireta, detém maioria de capital social com direito a voto. Para este bloco, o orçamento é previsto para a Companhia de Edição, Impressão e Publicação de Alagoas; Alagoas Ativos S.A; Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal); e Gás de Alagoas (Algás).

A previsão é que somente após o período eleitoral seja convocada uma audiência pública para se debater o PLOA na Assembleia Legislativa de Alagoas. Após a audiência pública, a matéria retorna para a Comissão de Orçamento da ALE para análise e então será submetido a apreciação do plenário da Casa.

Orçamento 2025 será maior que atual

Em dezembro de 2023, os deputados aprovaram o projeto de lei nº 510/2023, que fixou as receitas e despesas para o exercício atual de 2024. O Projeto de Lei Orçamentário previu para este ano receita bruta estimada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social de R\$ 21.465.664.733,00.

Em comparação ao projeto enviado este ano para o próximo exercício, o PLOA 2025 aumenta em 9% a estimativa de receita bruta do estado.

Do total previsto para 2024, foram fixados R\$ 19.727.585.447,00 para a esfera Fiscal e R\$ 1.738.079.286,00 na esfera da Seguridade Social. A receita líquida das deduções constitucionais e legais estimada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foi de R\$ 16.946.746.918,00.

Leia mais: BR-101 terá R\$ 110 milhões para melhorar ligação AL-PE

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 18/09/2024



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS É O TEMA DA SEGUNDA REUNIÃO PARTICIPATIVA PARA DISCUTIR A AGENDA REGULATÓRIA ANTAQ 2025-2028



Encontro presencial aconteceu em São Paulo (SP). Ainda será realizada uma última reunião acerca do assunto

Brasília, 17/09/2024 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizou, nesta terça-feira (17), reunião participativa voltada a discutir o tema Instalações Portuárias no âmbito da Proposta de Agenda Regulatória 2025-2028.

A agenda regulatória é uma ferramenta de priorização e planejamento dos temas regulatórios da Agência que permite o aprimoramento dos processos, aumenta a transparência e confere previsibilidade às ações da ANTAQ.

A diretora Flávia Takafashi, que esteve presente neste encontro, destacou a ampliação da participação do mercado regulado no processo de elaboração da Agenda Regulatória e ressaltou que essa é uma ocasião importante para a ANTAQ e para o mercado.

“Até esse momento a Agência tinha uma Agenda Regulatória bienal, com um processo de participação que se estendia aos órgãos e a discussões internas. Agora passamos a realizar um processo de participação mais amplo para discutir com o mercado regulado a elaboração dos itens que vão constar na nossa agenda”, disse.

A reunião participativa aconteceu no espaço executivo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em São Paulo (SP). No total foram feitas 10 contribuições presenciais.

Este é o segundo de três encontros. A próxima reunião vai tratar de navegação interior e será realizada no dia 3 de outubro em Manaus (AM). A primeira reunião aconteceu no Rio de Janeiro (RJ) e debateu temas relacionados à navegação marítima.

Durante o encontro, também foram aceitas contribuições para a Agenda de Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) 2023-2026.

Tomadas de subsídios

Até às 23h59 do dia 4 de outubro de 2024 está aberto o período de contribuições das tomadas de subsídios que tratam da Agenda Regulatória para o quadriênio 2025-2028 e da Agenda de Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) 2023-2026. Para mais informações e envio das contribuições **acesse o link**. <https://www.gov.br/antag/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/tomada-de-subsidio-1>

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 18/09/2024



Portos e Aeroportos

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

AVISO DE PAUTA - MINISTRO SILVIO COSTA FILHO PARTICIPA DE CERIMÔNIA DE SANÇÃO DA LEI GERAL DO TURISMO

Dentre os avanços da lei está a permissão para a utilização dos recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil no setor de turismo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sanciona, nesta quarta-feira (18), no Palácio do Planalto, a nova Lei Geral do Turismo, que deve aprimorar e desburocratizar o setor. O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participa da cerimônia de sanção.

No evento, estão previstas também as assinaturas de acordo entre Brasil e ONU Turismo para a instalação de escritório da instituição internacional, no Rio de Janeiro, dedicado ao fortalecimento da atividade na região das Américas e Caribe, bem como a determinação de contribuição financeira do Brasil para a entidade.

Um dos principais avanços da lei é a permissão para a utilização dos recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) para empréstimos, aquisição de querosene de aviação em aeroportos da Amazônia Legal e para o desenvolvimento de projetos de combustíveis renováveis, que impactarão na renovação de suas frotas. Com a verba, o governo também prevê ganhos na atração de mais voos e conectividade para a região amazônica e na promoção de uma aviação mais sustentável e responsável.

Credenciamento

Os profissionais de veículos de imprensa devem realizar o credenciamento do Palácio do Planalto para o evento. A credencial anual também será válida.

Serviço

O que: Sanção da Lei Geral do Turismo e do acordo entre Brasil e ONU Turismo

Dia: 18/09/2024

Hora: 15h

Local: Palácio do Planalto

Link credenciamento: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/credenciamento-de-imprensa/cobertura-diaria>

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 18/09/2024



Ministério dos Transportes

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

AVISO DE PAUTA - RENAN FILHO LANÇA OBRAS DE AMPLIAÇÃO E INAUGURA PARADA DE DESCANSO PARA CAMINHONEIROS NA DUTRA NESTA QUINTA (19)

Melhorias no trecho fluminense da BR-116/RJ terão investimento de cerca de R\$795 milhões

O ministro dos Transportes, Renan Filho, inaugura nesta quinta-feira (19) o primeiro Ponto de Parada e Descanso (PPD) para caminhoneiros em Seropédica, no Rio de Janeiro.

O empreendimento, administrado pela concessionária EcoRioMinas, vai oferecer 72 vagas para caminhões e trazer mais conforto e segurança para os motoristas de veículos pesados que trafegam diariamente na região. O PPD recebeu investimento de R\$16 milhões.

Na ocasião, o ministro também lançará as obras de ampliação da BR-116/RJ - Rodovia Presidente Dutra, em um trecho por onde circulam 35 mil veículos por dia, em média. Com investimento de cerca de R\$795 milhões, os serviços incluem a implantação de mais de 35 quilômetros de vias marginais, 70 quilômetros de faixas adicionais na via expressam e 20 passarelas de pedestres, entre outras melhorias.

Cobertura de imprensa

Profissionais de imprensa poderão cobrir o evento sem necessidade de credenciamento prévio. Não está prevista transmissão on-line do evento.

SERVIÇO

O quê: Inauguração do PPD e início das obras de ampliação de capacidade da BR-116/RJ

Quando: Quinta-feira (19), às 10h30

Local: Seropédica – BR-116/RJ Km209 + 800

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 18/09/2024

RODOVIAS - RENAN FILHO INAUGURA CONJUNTO DE OBRAS DA TRAVESSIA URBANA DE CRISTALINA DE GOIÁS



"Anunciei e entreguei a obra em menos de um ano, algo raro no cenário brasileiro", destacou o ministro. Melhorias incluem duplicações, vias marginais e passarelas que vão beneficiar quase 60 mil pessoas

Travessia de Cristalina foi feita para reduzir acidentes, o tempo de viagem e facilitar o dia a dia dos moradores - FOTO: Marcio Ferreira/MT

De agora em diante, tanto moradores quanto produtores e caminhoneiros não precisam mais perder meia hora de vida a cada vez que fazem a travessia da BR-050, no perímetro urbano de Cristalina-GO. O fluxo de veículos ganhou um desafogo com a duplicação da rodovia, inaugurada pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, nesta terça-feira (17), com a presença de autoridades e diretores da concessionária Eco050, responsável pela administração da estrada que liga Brasília a São Paulo.

Um dos cerca de 60 mil beneficiados pela obra, o artesão William Souto vê na melhoria da rodovia uma valorização do próprio nome da cidade, batizada por ser a maior reserva de cristal lemuriano do mundo. Ele conta que, antes da duplicação, os motoristas passavam pela cidade e nem percebiam que estavam atravessando Cristalina. "A duplicação da BR é muito importante para o artesanato. Nós recebemos turistas do mundo inteiro, e eles levam o nome da cidade quando compram nosso trabalho. Tudo isso devido ao mineral. Com a entrega da obra, vejo um ganho muito grande, aumentando o rendimento do artesão", descreveu William, que também preside a associação de artesanato da cidade.

Para Renan Filho, o destaque foi a velocidade e precisão das obras na estrada, onde trafegam diariamente cerca de 5 mil veículos. "Só nessa obra foram aplicados 125 milhões para duplicar, construir as vias marginais, com três passarelas e três dispositivos de retorno integrando a cidade à BR. Essa obra demorou um ano, foi feito tudo rápido. No passado, essas obras eram lentas. Anunciei a obra e entreguei a obra, algo raro no cenário brasileiro. O bom trabalho e a parceria com a concessionária proporcionam isso. É o objetivo do governo do presidente Lula, tirar sonhos do papel.", avaliou.



Não dá para chamar de sonho, mas o desejo de auxiliar de serviços gerais, Jenniffer da Rocha Moreira, foi atendido. "A obra ajudou muito a população. Antes, tínhamos muitas dificuldades para cruzar a rodovia e ter acesso ao outro lado da cidade, muitas vezes era preciso esperar muito tempo para conseguir atravessar com segurança. Já tive que aguardar trinta minutos uma vez, era esperar ou correr o risco de ser atropelada. Com a passarela nova, não precisamos mais arriscar as nossas vidas."

Mesmo quando não se trata do bem maior, a vida de todos é impactada pela estrada com mais segurança e fluidez. Para o produtor rural Enilton Lopes, é a perspectiva de ter transporte mais barato. "Se você tem um caminhão conservado que trafega em rodovias boas a sua manutenção é menor. Isso vai impactar diretamente no valor do frete.. Se você roda em rodovias ruins e sem acesso, o frete vai ser mais caro. Ou o motorista nem vem, quando vem não quer voltar uma segunda vez. Todo mundo ganha quando você tem um bom acesso e uma boa rodovia.", observou.

O ministro Renan Filho falou sobre a importância da BR-050 por conectar a região Centro-Oeste e Sudeste, permitindo o escoamento da forte produção agrícola central do Brasil. E mencionou o bom andamento dos trabalhos de duplicação de toda BR, sob administração da Eco50, com a entrega do último trecho, o Contorno Urbano de Catalão-GO, prevista para o próximo ano. Assim, o usuário poderá fazer uma viagem do entorno do Distrito Federal até o Porto de Santos em uma estrada 100% duplicada. Mencionou também outras concessões em vista, como a da BR-040 na chamada Rota dos Cristais.

"Faltam apenas 36 km de duplicação, mas que impõe afunilamento ao longo da rodovia, o que traz riscos. Fiz esse percurso de carro, pra sentir o que o cidadão e caminhoneiro sente. Já estava mobilizado para isso e pude entender ainda melhor agora. A concessão é importante. Cristalina, com seus 80 mil hectares irrigados, com a produção de soja, milho, leite, cebola. Coisas como essa respondem diretamente ao investimento na estrada."

A obra

A duplicação da rodovia foi realizada por meio de investimentos obrigatórios da concessionária Eco50 previstos no contrato de concessão firmado com a União. No total foram investidos R\$ 125 milhões entre os kms 95 e 102 com 3,7 km de rodovias duplicadas, 6,2 km de vias marginais implantadas, três passarelas e três dispositivos de retorno construídos.

Vice-governador do estado goiano, Daniel Vilela, ressaltou o frequente bom trabalho realizado pelo Ministério dos Transportes. "Renan Filho será considerado o melhor ministro dos Transportes da história pelos resultados. Ele é símbolo da política de resultados do governo federal. Entregou obras importantes em Goiás e entregará mais. Vemos o empenho em resolver as obras que estão paradas. A entrega desta duplicação eleva a condição da cidade. Por meio dela, vemos um Goiás que dá certo. O Brasil que dá certo."

A cidade goiana de Cristalina é conhecida por seus cristais e, até a década de 70, a exploração e comercialização do mineral eram a sua principal fonte de renda. Desde então, a agricultura ganhou destaque e hoje é detentora do 1º PIB agropecuário do país, principalmente na produção de grãos e culturas como alho, batata e cebola.

Além disso, o município é o que mais utiliza irrigação na América Latina, garantindo alta produtividade durante anual. Por conta da sua expansão econômica no agronegócio, setores como a construção civil, zootecnia e administração também registraram crescimento ao longo dos últimos anos.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 18/09/2024

RODOVIAS - VIADUTO NA TRAVESSIA URBANA DE SANTA MARIA, NO RIO GRANDE DO SUL, É LIBERADO

Obra alivia trânsito na região e possibilita ligação direta entre as regiões oeste e leste da cidade



Foto: Divulgação/DNIT

O viaduto que integra as obras da Travessia Urbana de Santa Maria (RS), liberado no início da tarde desta terça-feira (17), vai aliviar o tráfego na região e permitir aos motoristas que cruzem as regiões oeste e leste da cidade, passando por cima da rotatória já existente.

A obra, no cruzamento da BR-158/RS com a BR-392/RS (Uglione), recebeu um investimento de R\$31 milhões do Ministério dos Transportes e foi executada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

O viaduto tem 368 metros de extensão e mais 501 metros de rampas de acesso. Equipes seguem trabalhando na parte inferior, onde está em construção uma trincheira para conectar a BR-158/RS e a BR-392/RS, além de uma nova rotatória para organizar o tráfego urbano.

A Travessia Urbana de Santa Maria, quando concluída, irá desmembrar o trânsito urbano do transporte de carga e de longa distância, tanto para a região Sul do Estado (Porto de Rio Grande), quanto para Fronteira Oeste (Uruguai e Argentina).

Importância

A Região Central do Rio Grande do Sul tem na base da sua economia a agricultura, especialmente soja, arroz e maçã. Em Santa Maria destaca-se ainda o setor de serviços, indústria e comércio, além da cidade ser considerada um polo regional de educação, com a Universidade Federal de Santa Maria.

A Travessia Urbana garante mais fluidez para as rodovias federais que cortam o município, sendo reconhecido como um importante entroncamento rodoviário do sul do país devido ao seu posicionamento geográfico.

Com informações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 18/09/2024



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – O PORTO DE SANTOS CLAMA POR SOLUÇÕES IMEDIATAS E DE LONGO PRAZO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A decisão do Governo de São Paulo de construir a terceira pista da Rodovia dos Imigrantes, tomada no início do ano, e a implantação de novos viadutos na Margem Direita do Porto de Santos trazem um alento para quem acompanha de perto os desafios logísticos do maior complexo portuário da América Latina. A dependência excessiva do transporte rodoviário e a infraestrutura defasada dos acessos vêm sendo apontadas como gargalos que comprometem a eficiência das operações portuárias e a competitividade da economia brasileira.



A nova pista da Imigrantes, com foco no tráfego de caminhões, representa um avanço significativo para desafogar a Via Anchieta, única alternativa para os veículos de carga até então. A previsão de conclusão da obra entre 2030 e 2031, no entanto, coloca em evidência a necessidade de medidas paliativas para aliviar os congestionamentos nos próximos anos.

A demora na conclusão da obra, justificada pela complexidade do projeto e pelos processos de licenciamento ambiental, exige que se busquem soluções alternativas para o curto prazo. A intensificação da fiscalização do tráfego, a implementação de corredores exclusivos para caminhões e a otimização dos sistemas de gerenciamento de tráfego são algumas das medidas que podem ser adotadas para melhorar a fluidez do trânsito na região.

Além disso, é fundamental que se invista em outras modalidades de transporte, como o ferroviário e o aquaviário, para reduzir a dependência do transporte rodoviário. A integração entre os diferentes modais é essencial para otimizar a logística e reduzir os custos de transporte.

A construção da terceira pista da Imigrantes e dos novos viadutos na margem direita do Porto de Santos é um projeto de longo prazo que exige investimentos significativos. No entanto, os benefícios dessa obra para a economia brasileira justificam os esforços e os recursos empregados. Um porto eficiente e conectado é fundamental para o desenvolvimento do comércio exterior e para a geração de empregos e renda. No entanto, é preciso que se adotem medidas para aliviar os congestionamentos nos próximos anos e que se invista em soluções de longo prazo para garantir a eficiência e a sustentabilidade do sistema portuário de Santos. A combinação de infraestrutura moderna, tecnologia e gestão eficiente é essencial para garantir a competitividade do Brasil no cenário global.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/09/2024

NACIONAL - HUB – CURTAS - COSTA FILHO QUER AMPLIAR VENDAS DE PASSAGENS PELO VOA BRASIL

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

MAIS VOOS

O ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, quer ampliar as vendas das passagens aéreas pelo programa Voa Brasil, projeto coordenado por sua pasta que oferece viagens em aviões dentro do País por R\$ 200 por trecho. Para isso, Costa Filho planeja aumentar a divulgação com publicidade para que a população tenha mais informações sobre o funcionamento do programa. “Vamos iniciar um trabalho de divulgação junto as agências de viagens e companhias aéreas. Vamos fazer uma campanha de publicidade maior do Voa Brasil. Por enquanto vendemos mais de 20 mil passagens, eu acho que o programa está indo bem”, explicou.

DESCANSO 1

A Rodovia Presidente Dutra (BR-116) ganhará mais um ponto de parada e descanso (PPD) para caminhoneiros em seu trecho no Rio de Janeiro. Ele ficará em Seropédica (RJ), no km 209 da via. O empreendimento, administrado pela concessionária EcoRioMinas, vai oferecer 72 vagas para caminhões e trazer mais conforto e segurança para os motoristas de veículos pesados que trafegam diariamente na região. O PPD recebeu investimento de R\$16 milhões.

DESCANSO 2

O novo PPD da Via Dutra será inaugurado pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, nessa quinta-feira, dia 19. No evento, ele ainda lançará as obras de ampliação da rodovia, em um trecho por onde circulam 35 mil veículos por dia, em média. Com investimento de cerca de R\$ 795 milhões, os serviços incluem a implantação de mais de 35 quilômetros de vias marginais, 70 quilômetros de faixas adicionais na via expressa e 20 passarelas de pedestres, entre outras melhorias.

VISITAS TÉCNICAS

Hoje, um dia antes do evento “Porto de Chancay: Oportunidades e Desafios para Integração com a Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental”, será realizada uma série de visitas técnicas com o objetivo de aproximar agentes portuários do Peru e do Brasil. A programação, que começa às 9 horas, inclui uma reunião na sede da Superintendência da Zona Franca de Manaus, visitas aos portos Chibatão e SuperTerminais, além de um encontro na Moto Honda da Amazônia, para demonstração de um caso de sucesso do Polo Industrial de Manaus (PIM).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/09/2024

REGIÃO NORDESTE - MINISTRO QUER ACELERAR EXTENSÃO DA TRANSNORDESTINA ATÉ PECÉM

Waldez Góes convocou reunião para acelerar aditivo de R\$ 3,6 bilhões da obra **DA REDAÇÃO** redacao@portalbenews.com.br



Para acelerar o aditivo de R\$ 3,6 bi para a conclusão ferrovia Transnordestina, o ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, se encontrou com representantes do Banco do Nordeste (BND), da Sudene e Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento da Casa Civil. Foto: Márcio Pinheiro/MIDR

Para acelerar o aditivo de R\$ 3,6 bilhões para a conclusão da extensão da ferrovia Transnordestina do município de Eliseu Martins, no Piauí, até o Porto do Pecém, no Ceará, o ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, convocou, na última terça-feira (17), uma reunião com representantes do Banco do Nordeste (BND), Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento (SAM) da Casa Civil. O custo total da obra é de aproximadamente R\$ 7 bilhões.

A extensão da ferrovia de uma cidade para a outra, passando por Salgueiro, em Pernambuco, é de 1.209 km. A implantação de uma nova concessão ferroviária, com malha em bitola larga (1,60 m), também foi discutida na reunião.

“A ferrovia tem importância estratégica para escoar a produção e, também, no abastecimento do Nordeste. É uma obra muito importante para o desenvolvimento da região, que é prioridade do presidente Lula”, afirmou o ministro Waldez.

A obra está inserida na nova versão do Programa de Aceleração do Crescimento (Novo Pac), ressaltou o secretário Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), Eduardo Tavares. “Buscamos acelerar mais essa grande entrega do Novo PAC para que o Nordeste possa contar com uma das ferrovias mais importantes para o desenvolvimento do Brasil”, destacou.

O Governo Federal estima geração de mais de quatro mil empregos no Ceará. A obra também vai melhorar a logística de transporte, promover integração regional e impulsionar o desenvolvimento socioeconômico do Nordeste. Além disso, será uma ferrovia estratégica para o transporte de grãos, fertilizantes, cimento, combustíveis e minério, principalmente para a exportação.

Participaram da reunião o presidente do BND, Paulo Câmara, o superintendente da Sudene, Danilo Cabral, o subchefe da SAM, Mauricio Muniz Barretto de Carvalho, e o secretário-adjunto da SAM, Fábio Coelho Barbosa.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/09/2024

REGIÃO SUDESTE - ÚLTIMO DIA PARA SE INSCREVER EM CURSOS DA VALE EM MANGARATIBA

Formação em Assistente de Marketing Digital e de Empreendedorismo e Inovação será realizada em parceria com o Senai

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



Para se inscrever no curso de Assistente de Marketing Digital, é necessário ter mais de 18 anos, morar em Mangaratiba e ter a partir do 1º ano do Ensino Médio. Já para o curso de Empreendedorismo e Inovação, a exigência é ter, no mínimo o 7º ano do Ensino Fundamental. Foto: Rui Okada

Moradores de Mangaratiba, município da Costa Verde do Rio de Janeiro, terão a oportunidade de participar de cursos gratuitos de iniciação profissional em Assistente de Marketing Digital e em Empreendedorismo e Inovação. A qualificação é oferecida pela Vale em parceria com o Senai. Ao todo, são 50 vagas (25 para cada curso) e as inscrições podem ser feitas até o dia 18 de setembro.

A iniciativa faz parte do Programa de Preparação para o Mercado de Trabalho (PPMT), que tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento das comunidades, inclusão e acesso das pessoas às condições de empregabilidade e renda nos territórios de atuação da Vale no Brasil. Para se inscrever no curso de Assistente de Marketing Digital, é necessário ter mais de 18 anos, morar em Mangaratiba e ter a partir do 1º ano do Ensino Médio. Já para o curso de Empreendedorismo e Inovação, a exigência é ter, no mínimo o 7º ano do Ensino Fundamental.

“Estamos entusiasmados em oferecer aos moradores de Mangaratiba a oportunidade de se qualificar profissionalmente por meio de cursos gratuitos. Acreditamos que a educação e o desenvolvimento de habilidades são fundamentais para o crescimento pessoal e profissional, e esta iniciativa, em parceria com o Senai, reflete nosso compromisso com a comunidade e o futuro do trabalho na região”, afirma Vitor Libanio, gerente de Sustentabilidade da Vale.

As aulas serão presenciais na Escola Municipal Coronel Moreira da Silva e realizadas de segunda a sexta-feira, das 18h às 22h. No curso de Assistente de Marketing Digital, os alunos poderão aprender sobre como montar uma estratégia, planejar campanhas, identificar e mapear a navegação do usuário e criar conteúdo para mídias sociais. Já os alunos que optarem pelo Empreendedorismo e Inovação terão noções sobre como despertar o interesse profissional do estudante pelas áreas por meio do desenvolvimento de projetos que favoreçam o trabalho dentro dos conceitos de inovação, criatividade e empreendedorismo. A Vale reforça que não há relação entre a qualificação e a contratação de mão de obra pela empresa.

Serviço:

Inscrições: até 18 de setembro, das 14h às 20h (conforme senhas disponibilizadas)

Local de inscrição: Escola Municipal Coronel Moreira da Silva (Rua Nilo Peçanha, 162 – Centro, Mangaratiba – RJ).

Previsão de início das aulas: 30 de setembro de 2024.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/09/2024

NACIONAL - GOVERNO DESTINA R\$ 514 MI PARA COMBATER INCÊNDIOS E SECA NA AMAZÔNIA

Verba será dividida entre Meio Ambiente e Justiça, com foco na prevenção, investigação e apoio à população afetada pelos desastres

Por **MARÍLIA SENA** marilia.sena@redebnews.com.br



Cerca de 5 milhões de quilômetros quadrados do território brasileiro, o equivalente a 60% do total, estão sob risco de fogo, de acordo com dados do Ministério do Meio Ambiente (Foto: Ricardo Stuckert/PR)

O Governo Federal vai disponibilizar R\$ 514 milhões para o combate a incêndios e à seca na Amazônia. A medida foi anunciada na terça-feira, 17, durante reunião entre o

presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e representantes dos Três Poderes. O crédito extraordinário vai destinar verbas para diversos ministérios e autarquias que darão continuidade às investigações de incêndios criminosos, combate aos focos de fogo e no atendimento à população afetada.

Os recursos serão divididos principalmente entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Justiça. No Ambiente, o foco principal da verba vai para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). A pasta poderá adquirir materiais e equipamentos, contratar novos serviços especializados de combate ao fogo como brigadistas e a locação de viaturas.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública através da Polícia Federal irá cobrir despesas com equipe policial para diligências “in loco” e investigação. Também será enviado uma verba para o Fundo Nacional de Segurança Pública para que a Força Nacional de Segurança Pública possa garantir o envio e mobilização durante 100 dias de 180 novos profissionais.

Durante a reunião, o presidente Lula reconheceu que o estado brasileiro não estava preparado para o cenário atual de seca e incêndios. “As cidades não estão cuidadas. 90% estão despreparadas. Os estados... são poucos que têm preparação”.

Para Lula, parte dos incêndios é fruto de ação criminosa. Ele cogitou a possibilidade de os acontecimentos terem motivação política. “Fomos fazer uma visita em três cidades na Amazônia, e, na volta, no que parece uma provocação, encontramos vários focos de fogo. Talvez isso seja por causa da COP 30 no Brasil, pela performance do Brasil na discussão ambiental ou por motivos políticos. A gente não sabe, não pode acusar, mas há suspeitas”, apontou.

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, também anunciou a reestruturação da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros nos Estados. “Movimento que temos que fazer é aumentar a capilaridade para aumentar a reação dos municípios”, disse. “No caso de combate aos incêndios, quanto mais descentralizadas forem as ações, mais efetivas”.

Cerca de 5 milhões de quilômetros quadrados do território brasileiro, o equivalente a 60% do total, estão sob risco de fogo, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente. A verba será disponibilizada através de Medida Provisória que deverá ser assinada pelo presidente até sexta-feira (20).

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 18/09/2024

REGIÃO SUL - COMUNIDADE PODE PARTICIPAR DE REVISÃO DO PLANEJAMENTO DO PORTO DE IMBITUBA

Documento visa estabelecer métricas da Autoridade Portuária nos próximos cinco anos
DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



Parceiros diretos e indiretos da região, membros da comunidade portuária e cidadãos têm até o dia 20 de setembro para contribuir com avaliações, críticas ou sugestões acerca dos trabalhos desempenhados, possibilitando a qualificação do planejamento da organização.
Foto: Divulgação

Visando ampliar a relação porto-cidade e com a missão de prover condições para o exercício dos serviços portuários de forma eficiente, sustentável e segura, o Porto de Imbituba (SC) lança a possibilidade para a participação dos cidadãos em seu Planejamento Estratégico Integrado.

Parceiros diretos e indiretos da região, membros da comunidade portuária e cidadãos têm até o dia 20 de setembro para contribuir com avaliações, críticas ou sugestões acerca dos trabalhos desempenhados, possibilitando a qualificação do planejamento da organização.

O Planejamento Estratégico Integrado visa estabelecer métricas e referências para a canalização dos esforços da Autoridade Portuária nos próximos cinco anos. O documento pode ser acessado a partir do Portal da Transparência da empresa, clicando aqui.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 18/09/2024

REGIÃO NORTE - VISITAS PREPARAM INTEGRAÇÃO ENTRE PORTO DE CHANCAY E A ZFM

Agenda de visitas a dois dos principais portos de Manaus e à Moto Honda ocorre na quarta-feira (18)
DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



Nesta quarta-feira (18), dia que antecede o evento "Porto de Chancay: Oportunidades e Desafios para Integração com a Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental", será realizada uma série de visitas técnicas com o objetivo de aproximar agentes portuários do Peru e do Brasil.
Foto: Marcos Vicentti/Secom-AC

Nesta quarta-feira (18), dia que antecede o evento "Porto de Chancay: Oportunidades e Desafios para Integração com a Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental", será realizada uma série de visitas técnicas com o objetivo de aproximar agentes portuários do Peru e do Brasil. A programação, que começa às 9h, inclui uma reunião na sede da Suframa, visitas aos portos Chibatão e SuperTerminais, além de um encontro na Moto Honda da Amazônia, para demonstração de um caso de sucesso do Polo Industrial de Manaus (PIM).

"Essas visitas têm o intuito de promover uma maior integração entre os gestores do porto de Chancay e os nossos agentes portuários, além de proporcionar um entendimento prático sobre o funcionamento da Zona Franca de Manaus", explicou o superintendente da Suframa, Bosco Saraiva.

Participarão das visitas o presidente do Conselho de Administração da Autoridade Portuária Nacional do Peru, Juan Carlos Paz Cárdenas, o gerente de Relações Institucionais da Cosco Shipping Ports Chancay, Gonzálo Ríos, e a Cônsul-Geral do Peru em Manaus, Silvia Seperak. Também estarão presentes representando a Suframa, o superintendente-adjunto de Desenvolvimento e Inovação

Tecnológica, Waldenir Vieira, o coordenador-geral de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, Arthur Lisboa, e o gerente de projetos da Superintendência-Adjunta Executiva, Ozenas Maciel.

Evento

Na quinta-feira (19), o auditório da Suframa será o palco para discussões estratégicas sobre as oportunidades e os desafios que o Porto de Chancay, no Peru, trará para a integração comercial entre a Zona Franca de Manaus, a Amazônia Ocidental e os mercados asiáticos. O evento, organizado pela Suframa em parceria com a Embaixada do Peru no Brasil, iniciará às 8h30, reunindo autoridades, empresários do PIM, associações e representantes do governo.

A sessão de abertura contará com a presença do superintendente da Suframa, Bosco Saraiva, do embaixador do Peru no Brasil, Romulo Acurio, e da ministra de Estado do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet (a confirmar). O embaixador da China no Brasil, Zhu Qingqiao, também participará, com uma reunião agendada na sede da Suframa após integrar a abertura do evento.

Entre os palestrantes, Juan Carlos Paz Cárdenas, da Autoridade Portuária Nacional do Peru, detalhará o funcionamento do Porto de Chancay e suas capacidades. Gonzálo Ríos, da Cosco Shipping, apresentará o papel estratégico do porto para o comércio intercontinental, e Claudia Parra, do Ministério do Comércio Exterior e Turismo do Peru, discutirá as novas rotas de exportação para a Ásia via corredores interoceânicos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 18/09/2024

NACIONAL - APEXBRASIL E SEBRAE FECHAM ACORDO PARA EXPORTAÇÕES DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Com recursos de R\$ 537 milhões, convênios pretendem expandir presença internacional de quase 19 mil empresas, priorizando o Norte e Nordeste

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



A cerimônia de assinatura dos convênios da ApexBrasil e do Sebrae foi realizada no Palácio do Planalto, em Brasília, e contou com as presenças do presidente Lula e de ministros (Foto: Ricardo Stuckert/Palácio do Planalto)

convênios assinados com entidades empresariais e o acordo firmado com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) para apoio às exportações do país, com a atração de investimentos e a promoção de empresas brasileiras no exterior. As iniciativas setoriais envolvem R\$ 537 milhões em recursos e devem beneficiar quase 19 mil empresas nos próximos dois anos.

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) apresentou na terça-feira (17) os 23

O acordo visa incentivar cooperativas, micro e pequenas empresas (MPE), especialmente das regiões Norte e Nordeste, a iniciar ou aperfeiçoar estratégias voltadas para a exportação. Serão cerca de R\$ 175 milhões para o desenvolvimento de novos produtos e metodologias para suprir lacunas na jornada do empreendedor que quer exportar.

Em evento no Palácio do Planalto, em Brasília (DF), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) comemorou as parcerias e reafirmou a importância de fazer o dinheiro circular nas mãos da população para alavancar a economia.

“Eu só penso em consumo porque não tem indústria se não tiver consumo. Ninguém vai investir numa indústria se não tiver mercado para vender o seu produto. Então o milagre é a gente criar condições para que todas as pessoas tenham um pouco”, acrescentou Lula, defendendo a política de valorização do salário mínimo como política de distribuição de renda no país.



Para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a exportação pode ser “o carro-chefe” do bom ciclo econômico que o Brasil vive. Segundo Haddad, a reforma tributária vai eliminar a cumulatividade de tributos, “que é um mal da economia brasileira”, do atual sistema tributário. “Quando nós virarmos a chave e eliminarmos a cumulatividade, vocês vão poder trabalhar com o preço real da mercadoria, em condições de igualdade competitiva com os seus concorrentes que estão instalados em outros países. Isso vai ser um ganho de produtividade para a economia brasileira”.

De acordo com o Governo, cooperativas, micro e pequenas empresas representam cerca de 41% do total das empresas exportadoras, mas o montante comercializado por este segmento não chega a 1% do total de recursos movimentados no país, que em 2022 somaram US\$ 3,2 bilhões. Além disso, quase 60% das exportações das MPEs são para as Américas.

O presidente do Sebrae, Décio Lima, lembrou ainda que o setor de MPE representa quase 95% das empresas e, só em empregos formais, é responsável por 80% da empregabilidade do país. Para ele, é possível o Brasil superar os seus problemas com uma economia compartilhada.

“Não há mais volta em imaginarmos um modelo econômico, mesmo dos pequenos, que não seja globalizado (...). Os pequenos negócios, agora, neste momento, com esse acordo junto com a Apex, vão se inserir também de forma a ter um processo programático e protetivo das pequenas economias no mundo da globalização”, afirmou.

O presidente da ApexBrasil, Jorge Viana, destacou que a entidade criou recentemente a Bolsa Exportação para apoiar os empreendedores do Rio Grande do Sul, afetados pela enchente histórica que atingiu o estado no mês de maio.

“Nós, da Apex, não achamos justo que as empresas do Rio Grande do Sul deixassem de participar dos eventos programados, internacionais, das feiras, por falta de recursos em decorrência do drama que nós vivemos lá”, disse Viana, explicando que a agência vai pagar passagem e estadia para que essas participações continuem a ocorrer.

Convênios da agência preveem R\$ 281 bilhões em negócios internacionais

Dos R\$ 537 milhões que os convênios entre a ApexBrasil e as entidades setoriais irão atrair, R\$ 287 milhões serão aportados pelo Governo, por meio da agência, e R\$ 250 milhões pelo setor privado. Os acordos têm expectativa de gerar mais de R\$ 281 bilhões em negócios internacionais, entre exportações e investimentos estrangeiros a serem aplicados em projetos estratégicos do Brasil.

A Apex firmou 14 convênios na área de indústria e serviços, voltados à internacionalização de setores estratégicos da economia brasileira, totalizando um investimento de mais de R\$ 278 milhões.

No agronegócio são sete convênios para ampliar a presença em mercados internacionais dos setores de arroz beneficiado; chocolate, balas, doces e amendoim; carne bovina; frutas e polpas congeladas; máquinas, equipamentos, insumos e tecnologia para produção de etanol e açúcar; etanol e farelo de milho; e produtos para animais de estimação. O total de investimentos chega a R\$ 75 milhões.

Já o convênio da ApexBrasil e a Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital pretende atrair investimentos estrangeiros em torno de R\$ 24,5 bilhões nos próximos dois anos. A parceria foca na captação internacional de recursos para fundos de investimentos brasileiros em participação, que, por sua vez, investirão em empresas e projetos, incluindo oportunidades relacionadas à Nova Indústria Brasil (NIB) e ao Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Os acordos contemplam ainda o setor de móveis, com R\$ 33,6 milhões para apoiar o segmento de modo a ampliar e fortalecer sua presença em mercados internacionais.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/09/2024

NACIONAL - ABEPH REALIZA ASSEMBLEIA EM SANTOS COM FOCO EM MODERNIZAÇÃO PORTUÁRIA

Encontro reúne 11 presidentes de autoridades portuárias e especialistas para discutir avanços em gestão e segurança nos portos brasileiros

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



O presidente da Abeph e da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia, irá se reunir com mandatários de outras dez Autoridades Portuárias na assembleia itinerante em Santos (Foto: Divulgação/Grupo Brasil Export)

A Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviária (Abeph) realiza a partir desta quarta-feira, 18 de setembro, a 3ª Assembleia Geral Itinerante, que terá como

sede o Porto de Santos (SP), o maior complexo portuário do país. Serão dois dias de programação reunindo as principais diretorias de Autoridades Portuárias do Brasil.

Segundo a Abeph, o evento abordará importantes temas como gestão, segurança e cibersegurança portuárias, visando a oportunidade para troca de experiências entre os presidentes dos portos associados.

Estarão presentes na assembleia 11 presidentes de Autoridades Portuárias, são eles: o presidente da Abeph e da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia da Silva; o presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini; o presidente do Porto de Suape (PE), Marcio Guiot; o presidente do Porto de São Francisco do Sul (SC), Cleverton Elias Vieira; o presidente da Codeba (Companhia das Docas do Estado da Bahia), Antonio Gobbo; o presidente da Companhia Docas de São Sebastião (SP), Ernesto Sampaio; o presidente do Porto do Itaqui (MA), Gilberto Lins; o presidente do Porto de Imbituba (SC), Urbano Lopes; o presidente da PortosRio (RJ), Francisco Martins; o superintendente do Porto de Itajaí (SC), Fabio da Veiga; e o presidente da Codern (Companhia Docas do Rio Grande do Norte), Paulo Cesar de Macedo.

Também estarão presentes o secretário nacional de Portos, Alex Ávila, o diretor do Departamento de Novas Outorgas e Políticas Regulatórias Portuárias, Bruno Neri da Silva, o presidente da Conportos (Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis), Marcelo João, e o presidente da Fenop (Federação Nacional das Operações Portuárias), Sérgio Aquino.

Além disso, são esperados representantes da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e executivos de empresas que atuam no setor portuário.

Confira a programação:

Dia 18/09 (quarta-feira)

12h00 às 14h00 - Almoço e visita institucional à sede da TV Tribuna.

Local: Rua João Pessoa, nº 350 – Santos/SP

14h30 às 15h00 - Abertura

Local: Auditório da Autoridade Portuária de Santos (APS)

Endereço: Av. Conselheiro Rodrigues Alves, s/nº – Macuco – Santos/SP – Porto de Santos

Falas de abertura:

Diretora Executiva da ABEPH – Dra. Gilmara Temóteo



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 098/2024
Página 24 de 66
Data: 18/09/2024
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

Presidente da ABEPH – Dr. Luiz Fernando Garcia

Presidente do Portos de Santos – Dr. Anderson Pomini

Representante da Secretaria Nacional de Portos – Dr. Alex Ávila

15h00 às 15h40 - Apresentação da empresa ENGINE BRASIL TECNOLOGIA

Tema: Sistema Integrado de Gestão de Portos – Caso Portos do Paraná

15h40 às 16h20 - Apresentação das empresas ACADI TI e Amaratech

Tema: Cibersegurança dos Portos

16h20 às 17h00 - Apresentação sobre Segurança Portuária

Palestrante: Dr. Marcelo João, Presidente da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (CONPORTOS)

17h00 às 17h30 - Coffee-break

17h30 às 18h00 - Apresentação CENEP

18h00 às 19h00 - Apresentação sobre o Conselho da Autoridade Portuária (CAP)

Palestrante: Sérgio Aquino, Presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (FENOP)

19h00 às 19h30 - Deslocamento para o Sheraton Hotel, para participação no evento de 35 anos da ABTRA

19h30 - Recepção dos convidados

19h50 - Discursos da ABTRA e Autoridades

20h20 - Palestra: “Impacto da Reforma Tributária nos Municípios Portuários”, com o economista Rodolfo Amaral

21h00 às 23h00 - Happy hour

Dia 19/09 (quinta-feira)

08h00 às 09h00 - Café da manhã e visita institucional na sede do Brasil Export

Local: Rua Braz Cubas, nº 37 – Centro – Santos/SP

09h00 às 10h30 - Assembleia Ordinária da ABEPH (reunião fechada para os presidentes da ABEPH)

10h30 às 11h00 - Deslocamento para a Ponte de Inspeção Naval (PIN)

11h00 às 12h00 - Visita técnica de Catamarã ao Canal do Porto de Santos, com parada no late Clube

12h00 às 14h00 - Almoço de encerramento

Local: late Clube de Santos (ICS)

14h15 - Desembarque na Ponte de Inspeção Naval (PIN)

Encerramento

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/09/2024

SUDESTE EXPORT - SECRETÁRIO DE SP CRITICA VISÃO ELEITORAL EM PROJETOS DE INFRAESTRUTURA

Jorge Lima defende planejamento de longo prazo e alerta para a falta de compromisso com o desenvolvimento estrutural do país

Por YOUSEFE SIPP yousefe.sipp@redebene.com.br



Jorge Lima falou da importância de se criar uma Frente Parlamentar competente em defesa da infraestrutura, afirmando que, sem essa colaboração, o progresso não acontecerá (Foto: Divulgação/Grupo Brasil Export)

O secretário de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, Jorge Lima, criticou a tendência política de priorizar projetos que oferecem resultados rápidos e visíveis para fins eleitorais, em vez de viabilizar iniciativas de infraestrutura com um compromisso de longo prazo para a economia do país.

“Um dos motivos para termos uma dicotomia imensa quando se fala no Brasil é porque a infraestrutura está sendo vista como política de governo. Infraestrutura é algo de longo prazo e não dá voto. O desenvolvimento da economia é de Estado, e não de Governo”, afirmou Lima durante a abertura do segundo dia do Fórum Regional de Logística e Infraestrutura, Sudeste Export, na terça-feira (17).

O representante do Governo Estadual explicou que uma das principais transformações na gestão de São Paulo foi a adoção de uma nova mentalidade, que leva em consideração a importância de obras que melhorarão o fluxo logístico do Sudeste com as demais regiões, mesmo que a entrega não seja realizada pela administração atual.

“Nós mesmos não entregaremos metade das obras em andamento atualmente, como a linha de trem São Paulo-Campinas, prevista para 2031, ou a São Paulo-Sorocaba, estimada para 2033”, detalhou.

Segundo Lima, uma possível solução para estimular os entes governamentais é que grupos como o Brasil Export continue mobilizando e reunindo entidades para pressionar pelo desenvolvimento do setor. Ele ressaltou que isso implica na participação ativa dos empresários no desenho econômico, semelhante ao que ocorre em países desenvolvidos.

“Se não criarmos um plano em conjunto e o injetarmos no setor público, não acredito que o Brasil sairá do lugar”, disse. Lima também sugeriu a importância de se criar uma Frente Parlamentar competente em defesa da infraestrutura, afirmando que, sem essa colaboração, o progresso não acontecerá.

“Só vamos conseguir mudar porque o Governo é empurrado e se move em cima das demandas que vêm do setor. E, às vezes, o setor produtivo até se esquece disso, da força que ele tem”, destacou. “Os últimos 30 anos são prova disso. Estamos sempre discutindo o ‘Brasil do futuro’, mas o futuro nunca chega. Continuamos crescendo 2% ao ano, e as condições de pobreza seguem as mesmas. Algo precisa mudar”, concluiu.

O Sudeste Export 2024 foi uma edição regional do Brasil Export, principal fórum de debates sobre o desenvolvimento dos setores de portos, logística, transportes e infraestrutura do país. Sua programação foi transmitida pela TV BE News no canal 82 da Sky; canal 58 da parabólica; e em sinal

aberto para a Grande Campinas no canal 19. Está disponível no canal @tv_benews no Youtube; e no site www.tvbenews.com.br.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/09/2024

SUDESTE EXPORT - ANTAQ PREPARA NOVA AGENDA REGULATÓRIA COM FOCO NA NAVEGAÇÃO INTERIOR E MARÍTIMA

Plano estratégico para 2025-2028 será votado até o final do ano, com contribuições da indústria e da sociedade

Por YOUSEFE SIPP yousefe.sipp@redenews.com.br



A diretora da Antaq Flávia Takafashi acredita que o plano de 2025 a 2028 será votado em dezembro e trará ajustes para hidrovias e transporte de passageiros na Amazônia (Foto: Divulgação/Grupo Brasil Export)

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) se reuniu na terça-feira (17) com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) para discutir o desenvolvimento da Agenda Regulatória 2025/2028 do setor marítimo. Segundo a diretora da Antaq, Flávia Takafashi, a previsão é que o documento seja apresentado para votação do colegiado até o final do ano.

“A previsão é que, na última reunião de diretoria do ano, em 15 de dezembro, a Agenda Regulatória seja aprovada. Isso dará previsibilidade para as ações a partir de janeiro de 2025”, anunciou Flávia no segundo e último dia do Fórum Sudeste Export, realizado em São Paulo.

A iniciativa buscou ouvir o mercado para identificar quais problemas devem ser incluídos ou excluídos da Agenda. Além disso, a prioridade dos assuntos pode ser ajustada conforme a urgência de cada tema para a regulação.

O primeiro encontro ocorreu em 3 de setembro, no Rio de Janeiro (RJ), com foco na regulação marítima. Em São Paulo, o evento recebeu contribuições voltadas à regulamentação de portos. No dia 3 de outubro, uma nova reunião será realizada em Manaus (AM) para abordar questões relacionadas à navegação interior. A consulta pública para que a sociedade e empresas enviem subsídios também está disponível no site da Antaq até 4 de outubro.

“A gente entende que o setor portuário, do ponto de vista regulatório, já tem normas bem fundamentadas e não tem nenhum avanço necessário além dos quais nós já estamos discutindo. Agora, as grandes demandas estão relacionadas à navegação marítima e à navegação interior, até porque a gente tem discutido as hidrovias, o que requer um olhar da agência maior”, observou a diretora.

A Agenda Regulatória da Antaq é um plano estratégico que define as prioridades de regulamentação e revisão normativa para um período específico, neste caso, de 2025 a 2028. O objetivo é orientar e organizar as atividades da instituição, identificando os temas e problemas que necessitam de ajustes de acordo com as demandas do setor público e privado.

De acordo com a diretora Flávia Takafashi, há 12 itens em discussão. Alguns desses temas já constavam na agenda atual, mas não foram concluídos, não necessariamente devido a atrasos internos, mas por dependerem de regulamentações externas.

A Antaq está focada na modernização das normas para navegação marítima e interior, além da atualização das regras para o transporte de passageiros na Amazônia. Também estão sendo

revisadas as diretrizes para o afretamento de embarcações e a adaptação das operações para eventos como o Festival de Parintins (AM).

A agência examina ainda as regras de circulação de embarcações e a política de cobrança de sobrestadia, ajustando as regulamentações às demandas atuais e às mudanças legislativas recentes.

“A agenda regulatória é um instrumento fundamental de governança para a agência, pois nos permite planejar o uso dos nossos recursos humanos e focar nos normativos mais importantes”, declarou Flávia Takafashi. “Convido todos a participarem das consultas públicas e das reuniões de participação social, ou a enviarem suas contribuições pelo site da agência, para que possamos tornar a agenda o mais transparente possível e atender às demandas do mercado”, concluiu.

O Sudeste Export 2024 foi uma edição regional do Brasil Export, principal fórum de debates sobre o desenvolvimento dos setores de portos, logística, transportes e infraestrutura do país. Sua programação foi transmitida pela TV BE News no canal 82 da Sky; canal 58 da parabólica; e em sinal aberto para a Grande Campinas no canal 19. Está disponível no canal @tv_benews no Youtube; e no site www.tvbenews.com.br.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 18/09/2024

SUDESTE EXPORT - PORTO DE SANTOS VIVE EXPECTATIVA POR MELHORIAS NOS ACESSOS TERRESTRES

Nova Imigrantes e construção de dois viadutos na margem direita são esperados para os próximos anos

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redenenews.com.br



Autoridades e especialistas participaram do painel técnico do Sudeste Export que colocou em pauta os desafios para melhorias dos acessos terrestres aos portos da região (Foto: Divulgação/Grupo Brasil Export)

Um dos principais gargalos referentes à logística do Porto de Santos se diz respeito aos acessos, principalmente os terrestres, uma vez que 60% da matriz de transporte do maior complexo do país é do modal rodoviário. Durante um dos painéis técnicos do Sudeste Export, Fórum Regional de Logística, Infraestrutura e Transportes, o complexo santista vive expectativas por obras de infraestrutura que visam a melhoria da mobilidade na chegada e saída de cargas.

Conforme já anunciado, a concessionária Ecovias, responsável pelo Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), foi autorizada a iniciar os estudos referentes à terceira pista da Rodovia dos Imigrantes. O novo viário será focado para o tráfego de caminhões que vão até o Porto de Santos.

Até o presente momento, os veículos de carga só possuem uma única alternativa de conexão entre São Paulo e a região da Baixada Santista, a Via Anchieta, inaugurada na década de 1940.

Segundo Rui Klein, presidente de Concessões da EcoRodovias, conforme o cronograma, a expectativa é que o projeto executivo referente à nova pista fique pronto no primeiro semestre de 2026, a depender do licenciamento ambiental junto à Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb).

Estão mobilizados nosso acionista controlador, na Itália, toda nossa estrutura em São Paulo, para trazer à mesa o que tiver de melhor na engenharia. Será uma das pistas mais modernas do Brasil e vai servir com vocação ao Porto (de Santos). Obviamente tem outros complementos, vai ser usada



em operações especiais, ajudar principalmente nos feriados. Essa pista nasce para atender o porto, mas vai ajudar no balanceamento do sistema de uma forma muito importante”, disse o executivo.

Embora ainda não haja um cronograma definido quanto à entrega, que será conhecido uma vez que o projeto executivo seja finalizado, o executivo do Grupo Eco estima que a nova pista deverá ficar pronta entre 2030 a 2031.

“Nosso cronograma está perseguido para que esse prazo seja atingido. O Porto de Santos quer o quanto antes essa nova estrutura já em operação. Estamos falando de dois anos para o projeto e licenciamento ambiental, é uma mobilização grande de todos os envolvidos. O alvo é para quatro, cinco anos de obra, a grosso modo de 2030 para 2031 a possibilidade de inauguração. É um cenário desafiador, mas factível”, pontuou Klein.

Rui afirmou ainda que a concessionária está consultando com fabricantes de caminhões a fim de conhecer as melhores tecnologias visando sistema de freios, uma vez que a inclinação da serra e a implantação de rampas adequadas serão fundamentais para a passagem de caminhões pelo novo viário.

Novos viadutos

A Autoridade Portuária de Santos (APS) anunciou no mês passado uma parceria com o Governo do Estado para a construção de dois viadutos na margem direita do complexo marítimo. O primeiro deles serviria como um acesso à entrada e saída de caminhões no bairro da Alemoa, enquanto que o segundo está projetado para atender aos terminais da região do bairro Saboó, fazendo conexão direta da Avenida Perimetral com a Via Anchieta.

Os valores a serem investidos são a créditos que pertencem à Autoridade Portuária junto à gestora da linha férrea do Porto de Santos, a Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips). O crédito da APS é destinado para obrigações escolhidas pela própria administração portuária, que priorizou a construção dos viadutos.

“Antes de falarmos em aumento de capacidade de movimentação de cargas ou então ter novos terminais na margem direita, é preciso que o Porto resolva a questão dos acessos da margem direita”, comentou o presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini.

Participaram do painel o diretor-presidente da PortosRio, Francisco Martins, e o Subsecretário de Sustentabilidade do Ministério dos Transportes, Cloves Eduardo Benevides. A moderação foi do jornalista Leopoldo Figueiredo, diretor-geral da Rede BE News.

O Sudeste Export 2024 foi uma edição regional do Brasil Export, principal fórum de debates sobre o desenvolvimento dos setores de portos, logística, transportes e infraestrutura do país. Sua programação foi transmitida pela TV BE News no canal 82 da Sky; canal 58 da parabólica; e em sinal aberto para a Grande Campinas no canal 19. Está disponível no canal @tv_benews no Youtube; e no site www.tvbenews.com.br.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/09/2024

SUDESTE EXPORT - TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA MOVEM O FUTURO DO SETOR DE GRANÉIS LÍQUIDOS

Especialistas apontam oportunidades no Brasil, mas alertam para desafios na coordenação entre setores público e privado

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redebenews.com.br

Representantes do setor de granéis líquidos, petróleo e gás destacaram as principais oportunidades de crescimento e negócios que podem ser impulsionadas com a melhoria da infraestrutura portuária e a integração logística entre os modais de transporte no país. As discussões ocorreram durante o

segundo dia do Fórum Sudeste Export, promovido pelo Grupo Brasil Export em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado, na terça-feira (17).



Durante o painel técnico do Sudeste Export, os debatedores trouxeram à tona desafios e oportunidades em transporte de combustíveis e petróleo com foco na transição energética (Foto: Divulgação/Grupo Brasil Export)

Décio Amaral, presidente da Ultracargo, destacou que a transição energética e os combustíveis renováveis estão no centro das oportunidades para o setor. No entanto, ele chamou atenção para os desafios enfrentados, especialmente em relação à logística reversa, que envolve as refinarias localizadas na costa abastecendo o interior do país. “A penetração do etanol no Nordeste ainda é baixa, embora tenha crescido nos últimos 18 meses, impulsionada pelo etanol de milho, que é mais competitivo em custo”, explicou Amaral.

Segundo ele, a ausência de uma integração eficiente para o escoamento dos produtos até os portos de comércio exterior ou refinarias requer uma reformulação completa da malha logística brasileira. O executivo destacou que a Ultracargo pretende se posicionar como um dos principais provedores de infraestrutura para a movimentação de grânéis líquidos, com a criação de três corredores estratégicos de transporte: de Rondonópolis (MT) a Santos (SP), de Itaquí (MA) a Porto Nacional (TO) e a hidrovia a partir de Vila do Conde (PA).

“Para uma empresa de infraestrutura, o gargalo é uma tremenda oportunidade de negócio. Esse é o lado bom, o lado meio cheio do copo. O lado meio vazio é a dificuldade de mobilização do setor público de forma coordenada para viabilizar a implantação dos projetos”, detalhou Amaral. “Não é falta de dinheiro, mas sim falta de coordenação e viabilização para que o setor privado consiga concluir seus investimentos”, concluiu.

Bruno Melo, gerente executivo comercial da Santos Brasil, mencionou a situação do Porto de Santos, que enfrenta gargalos logísticos há anos. “Há uma escassez de píeres, o que gera filas e prejudica o fluxo de entrada de combustíveis, impactando diretamente no preço ao consumidor final”, pontuou.

Para Melo, os donos das cargas de grânéis líquidos poderiam reduzir custos se houvesse uma maior profundidade nos canais de entrada e berços, permitindo o uso de navios maiores. Outro ponto citado foi a crescente competição pelo uso da tancagem disponível, à medida que diferentes produtos químicos, etanol e óleos vegetais competem pelo mesmo espaço nos terminais de Santos.

“Vejo como alento o projeto da iniciativa privada em Santos em parceria com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e Agência Nacional de Transportes Aquaviário (Antaq), que é integrar o escoamento através da ferrovia. É muito interessante, e pode trazer eficiência tanto para a entrada quanto para a saída de grânéis líquidos”, finalizou.

Thiago Lemgruber, diretor-presidente da OSX Brasil, abordou o crescimento da demanda no mercado de óleo e gás, especialmente na Bacia de Campos, no Rio de Janeiro, e ressaltou a importância do Porto do Açu, no mesmo estado, para o atendimento dessa demanda.

“Sem o Açu, o crescimento da produção de petróleo no Brasil não teria atingido os níveis atuais. O complexo se tornou uma ferramenta essencial na cadeia de suprimentos offshore”, afirmou.

Lemgruber também mencionou as oportunidades relacionadas ao descomissionamento de plataformas e à reciclagem verde no Porto do Açu como formas de impulsionar a indústria de óleo e gás. Além disso, destacou que o complexo está se preparando para atender à futura demanda de energia eólica offshore, com mais de 40 gigawatts de projetos em licenciamento no Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

O Sudeste Export 2024 foi uma edição regional do Brasil Export, o principal fórum de debates sobre o avanço dos setores de portos, logística, transportes e infraestrutura no Brasil. A programação foi veiculada pela TV BE News nos canais 82 da Sky, 58 da parabólica e 19 para a Grande Campinas em sinal aberto. Além disso, pode ser acessado pelo canal @tv_benews no YouTube e pelo site www.tvbenews.com.br.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/09/2024

SUDESTE EXPORT - LOGÍSTICA LENTA SUFOCA CRESCIMENTO ACELERADO DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL

Setor de café enfrenta prejuízos com atrasos portuários e falta de armazenagem, gerando perdas milionárias

Por JÚNIOR BATISTA junior.basta@redenews.com.br



No painel técnico “Competitividade e demandas logísticas da agroindústria” do Sudeste Export, os participantes apontaram a necessidade urgente de investimentos logísticos (Foto: Divulgação/Grupo Brasil Export)

O painel “Competitividade e demandas logísticas da agroindústria” trouxe ao Sudeste Export uma análise crítica sobre os desafios enfrentados pelo setor agroindustrial no Brasil, especialmente no que diz respeito à capacidade de escoamento, armazenagem e infraestrutura logística no Sudeste. O escoamento foi inclusive alvo de uma fala importante do diretor técnico do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), Eduardo Heron Santos, de que 86% dos navios transportando café chegaram com atraso ao Porto de Santos no último mês de agosto.

O painel “Competitividade e demandas logísticas da agroindústria” trouxe ao Sudeste Export uma análise crítica sobre os desafios enfrentados pelo

A falta de investimentos condizentes com o crescimento acelerado do agronegócio foi um dos principais pontos debatidos, destacando a disparidade entre o avanço da produção e a infraestrutura disponível. O painel teve mediação do jornalista e diretor-geral da Rede BE News, Leopoldo Figueiredo.

Santos comparou o desenvolvimento do agro à metáfora de “subir de elevador, enquanto os investimentos sobem de escada”. Ele ressaltou que os atrasos nas operações portuárias, especialmente nos portos de Santos e Rio de Janeiro, são problemas crônicos, mas que têm se intensificado. Apenas no mês de agosto, 86% dos navios transportando café para Santos chegaram com atraso, refletindo uma situação alarmante para a logística cafeeira.

Heron destacou, ainda, que o Sudeste concentra 87% da produção de café no Brasil, com Minas Gerais e Espírito Santo liderando a produção. No entanto, a ineficiência logística, como a falta de capacidade de armazenagem e o aumento dos custos com armazenagem adicional, tem gerado prejuízos ao setor. “Nos últimos três meses, por exemplo, o setor exportador de café acumulou perdas de cerca de R\$ 17 milhões”, diz ele. A dificuldade em consolidar cargas fez com que o mercado recorresse ao “break bulk”, modalidade de embarque vista no Brasil há mais de 60 anos – trata-se de içar a meradoria e posicioná-la solta no porão da embarcação.

O diretor de logística para a América do Sul da ADM, Vitor Vinuesa, acrescentou que o agronegócio brasileiro precisa urgentemente de celeridade em seus processos logísticos. “É necessário um planejamento mais eficiente para que o País consiga competir no mercado internacional, evitando a fuga de cargas para outros portos e países”, afirmou.

Já o diretor da Associação Comercial de Santos, Mauro Sammarco, reforçou a importância de investir em melhorias nos acessos terrestres e na capacidade de movimentação do porto de Santos.

“A falta de investimentos em infraestrutura portuária e logística terrestre tem causado prejuízos não apenas ao café, mas também a outras commodities, como açúcar, algodão e proteína animal”, ressaltou.

A realidade fiscal e os incentivos à economia também foram abordados no painel, com os debatedores enfatizando que a falta de um planejamento robusto e de investimentos contínuos no setor pode gerar ainda mais prejuízos ao agro brasileiro, especialmente no cenário global competitivo.

O Sudeste Export 2024 foi uma edição regional do Brasil Export, o principal fórum de debates sobre o avanço dos setores de portos, logística, transportes e infraestrutura no Brasil. A programação foi veiculada pela TV BE News nos canais 82 da Sky, 58 da parabólica e 19 para a Grande Campinas em sinal aberto. Além disso, pode ser acessado pelo canal @tv_benews no YouTube e pelo site www.tvbenews.com.br.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/09/2024

REGIÃO SUDESTE - ROTA SOROCABANA E NOVA RAPOSO TERÃO PLANO DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS

Concessões incluirão mapeamento de áreas de risco e parcerias para proteção ambiental em 25 cidades paulistas

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



A manutenção preventiva das faixas de domínio das rodovias e estradas vicinais será parte do plano, com a possibilidade de ampliar as áreas de aceiro em regiões mais críticas (Divulgação/Governo de São Paulo)

As concessões rodoviárias da Rota Sorocabana e Nova Raposo incluirão um plano de ação voltado para a prevenção de incêndios e o mapeamento de áreas de risco ao longo das estradas. Esses projetos de melhorias, promovidos pela Secretaria de Parcerias

em Investimentos do Governo de São Paulo, têm como objetivo beneficiar 25 cidades do estado. O plano de ação visa mitigar os riscos de incêndios ao identificar pontos críticos como Unidades de Conservação, áreas florestais, plantações e comunidades próximas.

Como parte das exigências contratuais, as concessionárias devem elaborar um Estudo de Análise de Riscos, que deverá ser entregue em até 12 meses à Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) e a outros órgãos competentes. Esse estudo fornecerá informações para a criação de um Relatório de Monitoramento Climático, que permitirá uma gestão mais eficaz dos impactos ambientais. As concessionárias também deverão desenvolver um plano de ação baseado em fatores como uso do solo e histórico de incêndios.

De acordo com a Artesp, apenas no período entre 1º e 31 de agosto de 2023, foram registrados 9.761 focos de incêndio em rodovias concedidas. Para Laércio Simões, diretor geral interino da agência, a implementação do plano representa um avanço estratégico na gestão das rodovias.

“É fundamental que o desenvolvimento da infraestrutura nas nossas rodovias esteja sempre alinhado à responsabilidade socioambiental. Com isso, conseguiremos assegurar uma resposta rápida e eficaz em situações de emergência e minimizar os riscos”, afirma Simões.

O plano prevê também parcerias com propriedades rurais vizinhas, principalmente em áreas com plantações de eucalipto e cana-de-açúcar, para a criação e manutenção de aceiros — faixas de terreno desprovidas de vegetação que funcionam como barreiras naturais contra a propagação de incêndios.



A manutenção preventiva das faixas de domínio das rodovias e estradas vicinais será parte do plano, com a possibilidade de ampliar as áreas de aceiro em regiões mais críticas. Além disso, a concessionária será responsável por promover programas de conscientização ambiental voltados para a prevenção de incêndios e a proteção da fauna local.

Os novos contratos de concessão também preveem melhorias adicionais para aumentar a segurança e a eficiência da mobilidade nas rodovias. Câmeras de circuito fechado de TV, já instaladas estrategicamente, monitoram acidentes, interdições e focos de incêndio, e as informações são encaminhadas para os Centros de Controle Operacional (CCO) das concessionárias e para a Polícia Militar Rodoviária.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/09/2024



BAHIA ECONÔMICA - BA

PETROBRAS ATINGE MARCA DE 1 MILHÃO DE ACIONISTAS INDIVIDUAIS NA BOLSA

Por Victoria Isabel - 18/09/2024 14:58

A Petrobras alcançou a marca inédita de um milhão de acionistas individuais na bolsa brasileira. Em cinco anos, houve um crescimento de 170% do número de pessoas que têm ações da companhia.

Além disso, atualmente o percentual de investidor pessoa física no capital social da companhia é maior que o dos investidores institucionais brasileiros. Esse fato demonstra o crescimento do mercado de capitais no Brasil, que vem se democratizando cada vez mais, e a Petrobras está acompanhando esse crescimento.

“O aumento do número de acionistas se soma a uma série de boas notícias que a companhia vem obtendo no mercado e reflete a confiança dos investidores no potencial da companhia e na geração de valor de seus projetos e resultados”, informa a empresa.

No ano, o retorno ao acionista preferencial da companhia (valorização + dividendos) é de 11,4%, ao passo em que o petróleo do tipo Brent, referência no mercado internacional, se desvalorizou 4,1% e o índice Ibovespa valorizou 0.6%. Além disso, 12 dos 16 grandes bancos (75%) que cobrem a Petrobras recomendam a compra das ações da companhia.

Investidores individuais são pessoas físicas ou jurídicas que investem seu próprio dinheiro em determinados ativos, como ações de empresas listadas na bolsa. Já os investidores institucionais são organizações, como fundos de investimentos, fundos de pensão, bancos ou seguradoras que investem em nome de terceiros.

Fonte: Bahia Econômica

Data: 18/09/2024

REFINARIA DE MATARIPE CHEGA AOS 74 ANOS RENOVADA

Por Matheus Souza - 17/09/2024 18:59 - Atualizado 18/09/2024

A Refinaria de Mataripe chega aos 74 anos modernizada, com inovações tecnológicas, excelência operacional e entre as melhores e mais modernas refinarias da América Latina, cumprindo o objetivo que a Acelen firmou em sua chegada. A Refmat é a 2ª maior refinaria do Brasil e 2ª maior exportadora da Bahia, responsável por 14% da capacidade total de refino do país, 42% do Nordeste e 80% do Estado, respondendo por 17% do ICMS e 10% do PIB baiano.



Foram investidos mais de R\$ 2 bilhões na modernização e recuperação de ativos, com foco na segurança, na automação, com a transformação digital; na eficiência, capacidade e diversidade produtiva; e na redução da pegada ambiental das operações, conquistando melhorias nos índices ambientais, de eficiência hídrica e energética.

Neste dia 17 de setembro, aos 74 anos, os resultados de três anos da nova Refmat são motivos de comemoração. Com os investimentos da Acelen, houve aumento da capacidade total de produção, indo da média de 207 mil barris/dia (kbpd) em 2021 para para 250 mil barris/dia (kbpd)

atualmente, lançamento de cinco produtos (propano especial, butano especial, diesel marítimo, solvente, OCB1) ampliando o portfólio da empresa para mais de 30 produtos e mais de 83 recordes de produção.

De 2021 até agora, aumentamos em +33% a produção de diesel, +181% em querosene de aviação e +198% em parafinas, levando a Acelen à liderança na produção e comercialização na América Latina. Hoje, a Refmat é o segundo maior fornecedor de bunker (combustível marítimo) do Brasil, destinando combustível para Bahia e outras regiões brasileiras através de parceiros da Bahia de Todos os Santos, no Porto de Itaquí (MA) e na Baía de Sepetiba (RJ).

Resultados que foram possíveis com uma força de trabalho qualificada e experiente. Foram gerados empregos e houve aumento no quadro de colaboradores em 28% de 2021-2024, sempre privilegiando os talentos das comunidades vizinhas à refinaria (15%).

Segundo o CEO da Acelen, Luiz de Mendonça, a Refinaria de Mataripe é uma “jovem de 74 anos” que está em sua melhor forma. “Nosso complexo industrial passou pelo maior programa de modernização de sua história em sete décadas. Investimos 2.6 vezes mais em nossa gestão do que a média histórica e os resultados demonstram a transformação do ativo e o impacto positivo dos projetos socioambientais na vida das pessoas das comunidades do entorno. Aceleramos com excelência, segurança, responsabilidade e transparência, unindo produtividade a um olhar sustentável”.

Impacto ambientais e sociais

O caminho da transição energética da Acelen começou com a modernização da Refinaria de Mataripe com a redução de importantes indicadores ambientais. A empresa foi pioneira na pegada zero carbono na logística marítima, com neutralização de duas grandes cargas de petróleo da África. De dezembro de 2021 a agosto de 2024, reduziu em 26% o consumo total de água da refinaria, uma economia de 4,7 bilhões de litros, equivalente ao volume usado em uma cidade de 109 mil habitantes.

No mesmo período, houve economia de 9% no consumo energético da Refinaria de Mataripe. Essa redução, em um ano, equivale ao consumo residencial de eletricidade de todo o estado de Roraima. Também foram reduzidas as emissões de gases enviados ao flare e ao meio ambiente em 46% e, de enxofre, em 87%, além de ter gerado menos 30% de resíduos em 2023, quando foram produzidos 18.127,15t, contra 25.704,95t em 2022. Uma redução de mais de 7 mil toneladas.

Com o propósito de estar onde a Bahia precisa e atenta à sua responsabilidade social, a Acelen investiu mais de R\$ 25 milhões em ações sociais e educacionais. Uma das primeiras medidas para estreitar o relacionamento e ampliar a comunicação com as comunidades do entorno da refinaria foi criar três Conselhos Comunitários em Candeias, Madre de Deus, São Francisco do Conde. Do diálogo com as comunidades, foram desenvolvidos os projetos Rede de valor, Jovem Aprendiz Acelen, Acender Jornada Jovem, Acelera OSC Edital e Adote uma Turma em parceria com as Obras Sociais Irmã Dulce (OSID).



Também impactaram positivamente na vida das pessoas, os mutirões ginecológicos e dermatológico, a limpeza de praia e manguezal e palestras para lideranças comunitárias e jovens locais. Para a Acelen, a prática de ESG é valor-chave do negócio, contribuindo ainda mais para o desenvolvimento sustentável, social e econômico. Não é à toa que, em menos de três anos de gestão, reduziu consideravelmente seu impacto ambiental e ampliou sua atuação social nas regiões do entorno da Refinaria de Mataripe.

Fonte: Bahia Econômica

Data: 18/09/2024



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

MOVECTA CRESCE 70% EM OPERAÇÃO DE CARGA FRACIONADA ATÉ AGOSTO

Informações: Movecta News (18 de setembro de 2024)

Movimentação de produtos importados registra aumento expressivo nos oito primeiros meses de 2023

A Movecta, uma das maiores empresas de logística integrada do país, registrou expansão em sua operação de carga fracionada. A demanda pelo serviço LCL (Less Container Load ou carga fracionada) apontou crescimento de 70% até agosto. A movimentação de produtos importados saltou de 4,5 mil HBLs (house bill of landing, ou conhecimento de embarque, na tradução livre) nos oito primeiros meses de 2023 para 7,5 mil HBLs no mesmo período deste ano. A alta expressiva da companhia nesse tipo de atividade não foi por acaso: a companhia está há mais de cinco anos promovendo mudanças e melhorias contínuas.

“Entendemos que o serviço de LCL tem um potencial enorme de crescimento, para ser explorado. Intensificamos nossos esforços nos principais corredores marítimos (Suape, Itajaí e Santos) e hoje vemos que todo esse empenho começa a gerar bons resultados”, explica Lucas Balioli, gerente nacional de LCL da Movecta. “O processo de LCL começa com a transferência do contêiner consolidado do porto para o terminal da Movecta. A partir da liberação dos órgãos anuentes, efetuamos a desova, separação dos lotes, presenciamos as cargas e armazenamos em nossos terminais alfandegados. Podemos efetuar serviços complementares, como etiquetagem, montagem de kits, separações por SKU. Após a nacionalização, podemos efetuar a entrega LTL e também oferecer nosso armazém geral como outra opção de armazenagem e distribuição”, completa.

Para avançar com esse serviço, a companhia entendeu que seriam necessários alguns ajustes de rota. Foram firmadas alianças com parceiros como também a verticalização da operação, trazendo melhorias significativas ao negócio.

“Hoje trabalhamos LCL com operação e atendimento dedicados. Temos investido na contratação de pessoas especializadas nesse processo como também treinado e qualificado outros profissionais da empresa”, conta Rodrigo Bacelar, diretor comercial da Movecta. “Oferecemos um atendimento especial do porto até o ponto, promovendo mais agilidade, dedicação e uma melhor experiência aos nossos clientes. As empresas estão buscando compartilhar seus custos em contêineres no modelo LCL. Essa modalidade de serviço cresceu bastante, mostrando nossa expertise em atender uma demanda logística das empresas”, completa.

Os importadores que utilizam o serviço LCL da Movecta estão mais concentrados nos segmentos de químicos, eletrônicos, máquinas e equipamentos e implementos automotivos.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 18/09/2024

BTP É RECONHECIDA, PELO TERCEIRO ANO CONSECUTIVO, COM SELO OURO DO PROGRAMA BRASILEIRO GHG PROTOCOL

Informações: BTP (18 de setembro de 2024)



Conquista reforça os compromissos do terminal de contêineres com a sustentabilidade e transparência no setor portuário – Imagem: BTP

Santos, 17 de setembro de 2024 – A Brasil Terminal Portuário (BTP) recebeu, pelo terceiro ano consecutivo, o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol, um reconhecimento concedido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) que possui credibilidade nacional e internacional. O Programa avalia inventários anuais de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e reconhece as empresas em três categorias (selo

bronze, selo prata e selo ouro).

A BTP é registrada no Programa Brasileiro GHG Protocol desde 2021 e conta com três inventários completos publicados de forma voluntária e verificados por auditorias independentes.

Além de monitorar e calcular os índices diretos e indiretos de GEE, a companhia busca adotar iniciativas que cessem, de forma definitiva, a emissão de gases poluentes em sua operação portuária. A BTP possui a certificação I-REC, que atesta que 100% da energia utilizada no terminal é proveniente de fontes de energia renovável, e promove a cultura de melhoria contínua em prol da descarbonização entre seus colaboradores.

O coordenador de Meio Ambiente da BTP, Gilberto Peres Junior, explica que a participação de todos para a construção de um setor portuário mais sustentável é incentivada pela companhia. “No último ano, um único projeto implementado no terminal foi capaz de evitar a emissão de mais de 576 toneladas de gás carbônico. Por isso, receber o Selo Ouro pela terceira vez é uma conquista de toda a equipe BTP”, afirma.

Para a gerente de sustentabilidade da BTP, Elisabete Ramos Orifice, o reconhecimento é a confirmação de um trabalho iniciado há muito tempo. “A descarbonização tem se tornado um tema cada vez mais relevante para todo o setor portuário, mas a BTP sempre teve o compromisso com a sustentabilidade e a transparência. O ESG integra o nosso plano estratégico para os próximos anos”, complementa.

A BTP investirá cerca de R\$ 2 bilhões nos próximos anos em um pacote de investimentos que foi construído tendo as boas práticas de ESG como um de seus pilares. Serão adquiridos quatro portêineres (Ship To Shore/STS), 57 guindastes sobre pneus (Rubber Tyre Gantry/RTG) e 46 carretas (Terminal Tractor), equipamentos com tecnologias mais sustentáveis. Também serão realizadas obras civis de readequação de edificações em sinergia com essas boas práticas.

Renato Ferreira da Silva, gerente de Meio de Ambiente e Segurança do Trabalho, complementa que a ambição da companhia é se tornar um terminal carbono neutro a partir de 2030. “Temos um plano arrojado de transição energética que irá trazer mais tecnologia, sem a geração de gases de efeito estufa, promovendo um efetivo desenvolvimento sustentável para o Porto de Santos”, revela.

Sobre Inventários de GEE – Um inventário de GEE é um documento que calcula e registra as estimativas de emissões de gases de efeito estufa que são emitidas, direta ou indiretamente, por uma companhia. A publicação do inventário é voluntária e ocorre por meio do Registro Público de Emissões (RPE). Para ser elegível ao Selo Ouro, o inventário precisa ser auditado por uma empresa independente especializada. Sobre o Programa – O Programa Brasileiro GHG Protocol (PBGHG), criado em 2008 e coordenado pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV, é responsável pela adaptação do método GHG Protocol ao cenário brasileiro. O resultado referente ao último ciclo de avaliação foi divulgado ao mercado, em agosto, durante o Evento Anual do Programa Brasileiro GHG Protocol, realizado em São Paulo.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 18/09/2024

EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO SOMAM MAIS DE US\$ 14 BI EM AGOSTO

Informações: Ministério da Agricultura e Pecuária (18 de setembro de 2024)



Complexo de soja, carnes, complexo sucroalcooleiro, cereais, farinhas e preparações e produtos florestais estão no ranking dos maiores exportadores – Foto: Freepik

O agronegócio brasileiro exportou em agosto de 2024 US\$ 14,14 bilhões. Cinco setores se destacaram fazendo as vendas externas alcançarem o valor final: complexo soja (31,6% de participação); carnes (15,3% de participação); complexo sucroalcooleiro (13,5% de participação); cereais, farinhas e preparações (9,1% de participação); produtos florestais (9,0% de participação).

A soma das vendas externas desses cinco setores respondeu por 78,6% do valor exportado pelo agronegócio brasileiro ou o equivalente a US\$ 11,11 bilhões. Em comparação a agosto de 2023, os mesmos cinco setores foram responsáveis por US\$ 13,08 bilhões em vendas externas ou o equivalente a 83,8%.

Segundo o secretário de Comércio e Relações Internacionais do Mapa, Roberto Perosa, o crescimento das exportações do agro brasileiro é resultado do grande incentivo do Governo Federal. “O Brasil tem se destacado no cenário internacional graças ao retorno das boas relações comerciais do governo brasileiro com o mundo. Produtos de qualidade e o rigoroso controle sanitário tem sido o nosso diferencial, sem dúvida”, enfatizou.

DESTAQUES DOS PRODUTOS DO AGRO BRASILEIRO

O complexo soja é o principal setor exportador do agronegócio brasileiro. Neste mês de agosto de 2024, o valor exportado foi US\$ 4,47 bilhões em agosto de 2024. E a China continua sendo a principal parceira importadora da soja brasileira, com 73,7% do volume importado nesse mês de agosto ou 5,9 milhões de toneladas.

A China também é a principal importadora de algumas carnes brasileiras, um dos setores com recorde. As vendas externas de carnes subiram de US\$ 2,05 bilhões em agosto de 2023 para US\$ 2,17 bilhões em agosto de 2024 (+5,6%). As exportações de carne bovina bateram recorde em volume, com 245,36 mil toneladas (+ 15,7%).

Já as exportações de carne suína registraram aumento de 9,2%, alcançando US\$ 273,95 milhões em vendas externas. Houve elevação da quantidade exportada em 4,5% (+ 4,93 mil toneladas) e no preço médio de exportação em 4,6%. O incremento das exportações ocorreu em função do aumento do volume comercializado para alguns países: Filipinas (+11,55 mil toneladas); Japão (+5,11 mil toneladas); Chile (+3,97 mil toneladas); Singapura (+2,97 mil toneladas).

Sendo o maior produtor e exportador de açúcar, o Brasil terá produção recorde de quase 46 milhões de toneladas de açúcar, de acordo com estimativas da Companhia Nacional de Abastecimento para o ano safra 2024/2025, segundo ano seguido de produção recorde (45,68 na safra 2023/2024). Neste quadro de grande oferta de açúcar, o volume exportado pelo Brasil é recorde, tendo atingido a quantidade recorde de 3,92 milhões de toneladas em agosto de 2024 ou o equivalente a US\$ 1,79 bilhão (-0,9%).

RESULTADOS DE 12 MESES (SETEMBRO 2023/AGOSTO 2024)

Nos últimos doze meses, entre setembro de 2023 e agosto de 2024, o Brasil exportou US\$ 165,76 bilhões em produtos do agronegócio. O valor significou um crescimento de 1,6% na comparação com os US\$ 163,19 bilhões comercializados nos doze meses precedentes.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 18/09/2024

PORTO DO RIO GRANDE (RS) REGISTRA AUMENTO DAS MOVIMENTAÇÕES DE GRÃOS E CARGAS GERAIS

Informações: Revista Cultivar (18 de setembro de 2024)



Polietileno, soja em grão, trigo e celulose foram alguns dos produtos que registraram crescimento

As movimentações de polietileno, soja em grão, trigo, celulose, cavacos de madeira e cloreto de potássio pelo complexo portuário do Rio Grande registraram aumentos no período de janeiro a agosto de 2024, em relação ao mesmo período do ano passado. Os números obtidos refletem o momento de retomada do Rio Grande do Sul, após a maior tragédia climática de sua história.

Utilizado em diversas aplicações, o polietileno é um tipo de plástico que apresentou um crescimento de 8.67% nas suas movimentações. Em 2023, as operações de embarque, desembarque e transporte atingiram 394.675 toneladas, enquanto que neste ano elas alcançaram 428.884 toneladas.

O segundo produto que apresentou crescimento foi a soja em grão, que variou positivamente em 3.45% e passou de 5.720.659 toneladas em 2023 para 5.917.923 toneladas em 2024. Com aumento de 3.32%, aparece o trigo na terceira posição, carga que passou de 2.376.712 toneladas movimentadas em 2023 para 2.455.673 toneladas.

Produzida em Guaíba, na fábrica da CMPC, a celulose gaúcha teve um aumento de 1.82% e alcançou 2.418.107 toneladas em 2024. O cavaco de madeira é o quinto produto mais movimentado, chegando a 694.336 toneladas, um aumento de 1.73% em relação ao ano passado. Já o cloreto de potássio teve um aumento de 0.74%.

A movimentação de contêineres no complexo portuário rio-grandino também registrou um aumento, esse na ordem de 25.71%. De janeiro a agosto foram movimentados 505.979 TEUs, unidade de medida referente a um contêiner de 20 pés. O mês mais significativo foi o de junho, quando foram movimentados 77.432 TEUs.

As exportações realizadas neste período tiveram como principais destinos a China (6.075.089t), o Vietnã (863.781t), as Filipinas (727.876t), o Irã (726.717t) e os Estados Unidos (632.289t). Já as importações são oriundas da China (1.039.219t), da Argentina (994.304t), da Rússia (516.647t), o Marrocos (454.413t) e os Estados Unidos (396.630t).

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 18/09/2024

PAULO HENRIQUE É O NOVO DIRETOR-PRESIDENTE DA CODERN

Informações: CODERN (18 de setembro de 2024)



A Companhia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN) informa que o seu Conselho de Administração (CONSAD), em reunião extraordinária realizada hoje, por unanimidade, elegeu o Sr. Paulo Henrique de Macedo Carlos, para o cargo de diretor-presidente da Companhia, sendo empossado no mesmo dia.

Paulo Henrique já estava interino na Presidência da CODERN e ocupava o cargo de diretor Técnico e Comercial, função que vai continuar exercendo interinamente até a eleição de um novo nome. Paulo é advogado e possui larga experiência de

gestão, tendo sido secretário Estadual de Reforma Agrária e Coordenador Geral dos Planos de regional de desenvolvimento sustentável de Mossoró e Assu e Assessor da Direção de Tecnologias do Centro de Tecnologias do Gás e Energias Renováveis – CTGAS-ER.

O novo diretor-presidente teve o nome aprovado pelo Ministério de Portos e Aeroportos e pela Comitê de Elegibilidade, atendendo a todos os requisitos exigidos.

O diretor Administrativo e Financeiro interino da CODERN, Francisco Josefran de Aquino Júnior, acompanhou o ato de posse.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 18/09/2024



EIXOS – NOTÍCIAS DE ENERGIA E POLITICA

BRASIL BUSCA MAIOR ENVOLVIMENTO DOS EUA EM SETORES-CHAVE DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Para presidente da ApexBrasil, falta participação de companhias dos EUA em setores cruciais para transição energética no Brasil

Por Gabriel Chiappini



Presidente da ApexBrasil, Jorge Viana (Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil)

RIO — Durante o Brazil Climate Summit, em Nova York, nesta quarta (18/09), o presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), Jorge Viana, disse que falta participação de companhias dos Estados Unidos em setores cruciais como mineração, baterias para veículos elétricos e hidrogênio verde no Brasil.

Segundo Viana, enquanto China e Europa têm aumentado significativamente seus investimentos em transição energética no Brasil, os Estados Unidos, apesar de serem os maiores investidores diretos no país, ainda não participam de setores-chave como hidrogênio verde e minerais críticos.

“Quando falamos sobre o avanço que precisamos ter da transição energética, de bateria de carro elétrico, por exemplo, quem está investindo no Brasil? A China, montando fábricas (...) E os Estados Unidos com a Bravo, mas muito pequeno”.

“Nos minerais críticos, temos o Canadá, mas não os Estados Unidos. No hidrogênio verde, por exemplo, temos França, Austrália, Espanha, mas não os EUA”, afirmou.

A Bravo, com sede nos Estados Unidos, tem um projeto de produção de baterias elétricas na Bahia com investimento de R\$ 1,27 bilhão.

Os EUA respondem por 25% do estoque de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) no Brasil, somando US\$ 246,3 bilhões, posicionando o EUA como principal investidor estrangeiro no país, de acordo com dados do Banco Central. Somente no ano passado, o Brasil recebeu US\$ 10 bilhões de investimentos diretos dos EUA.

Levantamento da Apex em parceria com a Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham), mostra que os anúncios de investimentos greenfield dos EUA no Brasil, entre 2013 e 2023, foram de

US\$ 41,5 bilhões, distribuídos principalmente nos setores de software (24,8%), fabricação de veículos (17%) e armazenagem e transporte” (10,3%).

Investimentos globais da China em energia renovável avançam. Na imagem: Trabalhador realiza inspeção no alto de turbina eólica gigante no parque eólico Concord Jing Tang (48 MW), no Condado de Dao em Hunan, na China, desenvolvido pelo Concord New Energy Group (Foto: Divulgação)
Energia Eólica

Brasil na vanguarda

Para Luciana Costa, diretora de Infraestrutura, Transição Energética e Mudança Climática do BNDES, o Brasil está à frente de outras grandes economias do G20 em termos de transição energética, sendo uma das únicas nações com capacidade de alcançar o net-zero antes de 2050 sem a necessidade de novas tecnologias.

“O Brasil é o único do G20 que pode atingir o net-zero antes de 2050 sem precisar de inovações tecnológicas. Temos recursos abundantes e uma matriz energética limpa e interconectada, com um custo de energia renovável competitivo no cenário global”, afirmou.

Ela apontou, no entanto, as limitações fiscais que impedem o país de competir em incentivos financeiros com potências como os Estados Unidos, Europa e China.

Apesar disso, Costa observa que o Brasil possui reservas de minerais críticos para a transição energética e um vasto potencial para produção de biocombustíveis como etanol e biometano, além de uma política pública focada na redução do desmatamento.

Segundo a diretora do BNDES, o país está construindo um “ecossistema sustentável” e que será um ator-chave nas discussões globais sobre mudança climática na COP30.

Fonte: EIXOS – Notícias de Energia e Política

Data: 18/09/2024

ASJA E MIGRATIO VÃO INVESTIR R\$ 40 MILHÕES EM USINAS DE BIOGÁS NA PARAÍBA

Projetos esperam comercializar créditos de carbono no mercado voluntário

Por Nayara Machado



Usina de biogás (Foto: Divulgação Vivo)

LIMEIRA (SP) – O grupo italiano Asja e a brasileira Migratio Bioenergia anunciaram nesta terça (17/9) que estão investindo R\$ 40 milhões na construção de duas usinas de biogás para transformar em eletricidade os resíduos de aterros sanitários da Ecosolo, dos municípios de Campina Grande e Guarabira, na Paraíba.

Com participação de 70% da ASJA e 30% da Migratio, ambos os empreendimentos terão potência instalada de 2,5 MW e, juntos, gerarão cerca de 40 GWh/ano para o mercado de geração distribuída (GD).

O primeiro empreendimento deve ser entregue até o final de 2024 em Campina Grande, enquanto a usina de Guarabira tem previsão de ser inaugurada no início de 2025.

Ambas serão interligadas à rede da Energisa Paraíba.

Créditos de carbono na equação

A equação financeira dos dois projetos inclui a previsão de comercializar créditos de carbono no mercado voluntário.

A expectativa é emitir 1,4 milhão de títulos ao longo de 14 anos em Campina Grande, e outros 600 mil créditos em Guarabira.

“A economia circular do biogás representa um modelo sustentável, transformando resíduos orgânicos em fontes valiosas de energia renovável”, afirma Rickard Schäfer, diretor geral da Asja Brasil.

Schäfer explica que as usinas coletam o biogás produzido pelos resíduos, aumentando a segurança do aterro sanitário e melhorando a qualidade do ar, além de promover inclusão social, desenvolvimento econômico e preservação ambiental na região.

*** A jornalista viajou a convite e com despesas pagas pelo 3º Encontro Migratio de Energia e Gás (Emeg)**

Fonte: EIXOS – Notícias de Energia e Política

Data: 18/09/2024



TCU – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

AUDITORIA AVALIA DESESTATIZAÇÃO DE ÁREA DO PORTO DE ITAGUAÍ NO RIO DE JANEIRO

TCU não detectou inconsistências que impeçam o prosseguimento da licitação. Área do porto analisada deve receber investimentos de R\$ 3,5 bilhões

Por Secom TCU

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou que prossiga a licitação de área do Porto de Itaguaí (RJ) para movimentar granéis sólidos, como o minério de ferro.

O TCU verificou que há a previsão da construção de um terminal com investimentos de R\$ 3,5 bilhões.

A Antaq vai precisar suprimir cláusula restritiva à ampla participação no certame até que haja a manifestação do Cade sobre risco ao ambiente concorrencial.

O Ministério de Portos e Aeroportos deverá atualizar o estudo de demanda e utilizar apenas os dados das mineradoras responsáveis pela expansão da exportação.

O relator do processo é o ministro Walton Alencar Rodrigues.

O Tribunal de Contas da União (TCU) acompanha o procedimento licitatório para a desestatização, por meio de arrendamento portuário, de área do Complexo Portuário de Itaguaí (RJ). A área ITG02 será destinada à movimentação de granéis sólidos minerais, especialmente minério de ferro.



O projeto está qualificado no Programa de Parcerias de Investimento da Presidência da República (PPI), com a previsão da construção de um terminal greenfield, com investimentos da ordem de R\$ 3,5 bilhões.

Expresso TCU 2 04_09_240x180px_Portal Imprensa.png

“Não foram detectadas inconsistências que possam obstar o regular prosseguimento do processo concessório da área denominada ITG02, localizada no Complexo Portuário de Itaguaí (RJ), uma vez cumpridas algumas determinações”, pontuou o ministro Walton Alencar Rodrigues, relator do processo no TCU.



Antes do edital da licitação, o Ministério de Portos e Aeroportos deverá atualizar o estudo de demanda, passando a utilizar apenas os dados das mineradoras responsáveis pela expansão da demanda como base de cálculo para definir o percentual da produção beneficiada de minério de ferro a ser destinada à exportação.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) vai precisar suprimir cláusula restritiva à ampla participação no certame. Essa restrição só poderá ser inserida no edital de licitação com a prévia manifestação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), de que há comprovado risco ao ambiente concorrencial.

Foi também determinado à Antaq que, previamente à licitação, publique em seu sítio eletrônico informações relativas à Audiência Pública 1/2023, tais como o documento com a análise das contribuições, incluindo a motivação para o indeferimento de manifestações. A Agência também deve disponibilizar os documentos técnicos e jurídicos revisados e submetidos à análise do TCU.

A unidade técnica do TCU responsável pela fiscalização foi a Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Portuária e Ferroviária (AudPortoFerrovia), que integra a Secretaria de Controle Externo de Infraestrutura (SecexInfra). O relator é o ministro Walton Alencar Rodrigues.

SERVIÇO

Leia a íntegra da decisão: Acórdão 1.834/2024 - Plenário

Processo: TC 039.355/2023-3

Sessão: 4/9/2024

Secom – ed/va

05/09/2024 - TCU AUDITORIA AVALIA E AUTORIZA PROSSEGUIMENTO DA LICITAÇÃO PARA DESESTATIZAÇÃO DE ÁREA DO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ)

O Tribunal de Contas da União (TCU) deu aval para o prosseguimento da licitação que envolve a desestatização de uma área do Porto de Itaguaí (RJ), destinada à movimentação de granéis sólidos minerais, especialmente minério de ferro. O projeto prevê a construção de um novo terminal, com investimentos estimados em R\$ 3,5 bilhões.

A área em questão, denominada ITG02, faz parte do Programa de Parcerias de Investimento (PPI) da Presidência da República e tem como objetivo modernizar e aumentar a capacidade portuária do complexo.

Em seu parecer, o relator do processo, ministro Walton Alencar Rodrigues, destacou que “não foram detectadas inconsistências que possam obstar o regular prosseguimento do processo concessório da área ITG02, localizada no Complexo Portuário de Itaguaí (RJ), uma vez cumpridas algumas determinações”. Entre essas exigências está a necessidade de o Ministério de Portos e Aeroportos atualizar o estudo de demanda, considerando apenas dados fornecidos pelas mineradoras responsáveis pela expansão da exportação de minério de ferro.

Além disso, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) deverá remover uma cláusula restritiva à ampla participação no certame. Essa cláusula poderá ser incluída novamente no edital apenas após manifestação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) sobre os riscos ao ambiente concorrencial.

Outra determinação impõe que a Antaq publique em seu site documentos relacionados à Audiência Pública 1/2023, incluindo análises das contribuições e os motivos para o indeferimento de eventuais manifestações. A agência também deverá divulgar os documentos técnicos e jurídicos revisados e submetidos à análise do TCU antes do início da licitação.

O processo foi supervisionado pela Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Portuária e Ferroviária (AudPortoFerrovia), ligada à Secretaria de Controle Externo de Infraestrutura (SecexInfra) do TCU.

Decisão

A íntegra da decisão pode ser consultada no Acórdão 1.834/2024 - Plenário.

Processo: TC 039.355/2023-3

Sessão: 4/9/2024

Fonte: TCU – Tribunal de Contas da União

Data: 18/09/2024



JORNAL O GLOBO – RJ

AO LADO DE LIRA, LULA SANCIONA LEI QUE DESTRAVA R\$ 5 BI PARA SOCORRER EMPRESAS AÉREAS

Recursos são esperados pelas empresas, que passam por uma crise desde a pandemia por conta da redução de passageiros e aumento de custos

Por Geralda Doca e Sérgio Roxo — Brasília



O presidente da Câmara, Arthur Lira, em conversa com Lula — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

O presidente Lula sancionou nesta quarta-feira, em cerimônia no Palácio do Planalto, o projeto de lei que permite a utilização do Fundo Nacional da Aviação Civil (Fnac) para ampliação de crédito a companhias aéreas. O presidente da Câmara, Arthur Lira, participa do evento.

Os recursos poderão ser utilizados para empréstimos a empresas aéreas junto ao BNDES. Será possível financiar compra de aeronaves e demais investimentos.

Além disso, a proposta permite que o Ministério dos Portos e Aeroportos utilize o fundo para subsidiar a compra de querosene de aviação (QAV) para rotas das companhias aéreas na Amazônia Legal. O governo pretende socorrer as empresas em cerca de R\$ 5 bilhões neste ano, mas o valor pode subir.

“O financiamento das companhias aéreas é fundamental para ampliar a frota de aeronaves no país e o número de voos e passagens ofertadas. Isto faz com que o custo operacional das empresas caia e, conseqüentemente, caia ainda mais o valor da tarifa”, afirma o Ministério de Portos e Aeroportos.

Esses recursos são esperados pelas empresas, que passam por uma crise desde a pandemi, por conta da redução de passageiros e aumento de custos.

Na prática, o novo Fnac vai funcionar como uma fonte de crédito permanente para fomentar a aviação civil. Será um mecanismo semelhante ao da Marinha Mercante — destinado a prover recursos para o desenvolvimento da indústria de construção e reparação naval brasileira.

O Fnac é abastecido por outorgas pagas pelas concessionárias dos aeroportos. Enquanto os recursos não são aplicados, ficam depositados na Conta Única do Tesouro Nacional.

Lei Geral de Turismo

A norma inclui na Lei do Mapa do Turismo Brasileiro, norteador de ações e programas do Ministério do Turismo e que era definido, até então, por portaria. A medida consolida o instrumento, que destina recursos preferencialmente para regiões turísticas e municípios integrantes da ferramenta, potencializando o modelo de gestão regionalizado e descentralizado do MTur.

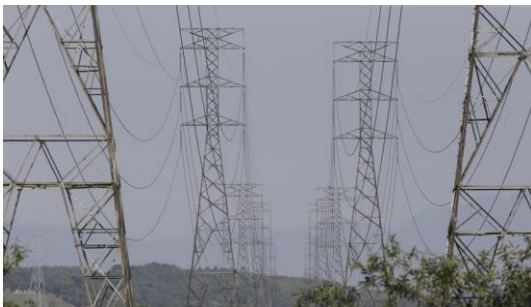
O projeto também inclui o incentivo ao turismo cívico. A alteração determina ao MTur que, em articulação com sistemas e estabelecimentos de ensino público e privado, espaços considerados atrativos turísticos culturais e naturais - especialmente os que possuem acervos artísticos, arqueológicos, ecológicos e científicos - garantam visitação pública principalmente a estudantes, a título de experiências complementares, conforme regulamento a ser editado pelo Ministério.

Segundo a proposta, Serviços Sociais Autônomos que oferecem produtos turísticos poderão se regularizar como prestadores no MTur. O ajuste vai possibilitar que entidades como o SESC mantenham estímulos ao turismo social, por meio de suas agências de turismo e meios de hospedagem. O texto permite, ainda, que guias de turismo conduzam veículos próprios no trabalho, entre outros avanços.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 18/09/2024

SAFRA FAZ AQUISIÇÃO NO SETOR DE ENERGIA

Por Rennan Setti



Linha de transmissão — Foto: Domingos Peixoto/Agência O Globo

A J. Safra Holding, da família Safra, está comprando a Give Energia, firma pré-operacional que possui licenças e autorizações para atuar como comercializadora de energia elétrica.

A companhia faz parte do grupo Ludfor — que atua nos mercados de geração, gestão e comercialização de energia — e passará a ser 100% detida pelo Safra.

Membros da família Safra já são acionistas do Grupo Copérnico, que atua na geração de energia solar.

Sediada em Bento Gonçalves (RS), a Ludfor foi fundada em 1995 pelas famílias Ludwig e Foresti e atua na gestão de contratos no chamado mercado livre de energia e na geração de energia (hidrelétrica e solar).

Fonte: O Globo - RJ
Data: 18/09/2024

TCU ALERTA GOVERNO SOBRE RISCO DE META DE DÉFICIT ZERO SER DESCUMPRIDA

Motivo é que as receitas arrecadadas não serão suficientes para cobrir as despesas

Por Eliane Oliveira e Thaís Barcellos — Brasília

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou, nesta quarta-feira, um alerta ao governo Lula sobre o risco de a meta de déficit zero em 2024 não ser cumprida. O motivo é que as receitas arrecadadas poderão não ser suficientes para cobrir as despesas, de acordo com o entendimento do tribunal.



O texto aprovado adverte sobre o "risco de não atingimento da meta fiscal do exercício financeiro de 2024". Ressalta que há incerteza em torno da estimativa de receita oriunda do voto de qualidade do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), além do potencial impacto de eventual frustração dessa receita no resultado primário e da baixa arrecadação observada até então.

A nova lei do Carf, aprovada no ano passado, devolveu ao governo o poder de minerva em caso de empates nos julgamentos do Conselho — que é o tribunal administrativo da Receita.

Na semana passada, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reafirmou, em reunião realizada com o presidente da Corte, Bruno Dantas, o compromisso do governo com a meta de déficit zero neste ano. Haddad informou que irá revisar a projeção de arrecadação com o Carf, após o ingresso de receita, de menos de R\$ 100 milhões, ter ficado bem abaixo do previsto — em torno de R\$ 37 bilhões.

A decisão teve como base os resultados fiscais e a execução orçamentária e financeira da União relativos ao terceiro semestre deste ano.

Em seu parecer, o relator da matéria no TCU, Jhonatan de Jesus, lembra a reunião com Fernando Haddad, da qual também participou. ardes, meus eminentes pares. No texto, ele destaca que o ministro da Fazenda falou sobre o arcabouço fiscal e afirmou que o orçamento se tornará exequível caso sejam extintas a desoneração da folha e implementadas reformas estruturantes tendentes a reduzir renúncias de receita que gerariam R\$ 15 bilhões e R\$ 28 bilhões.

Haddad também citou a distribuição de dividendos do BNDES e da Petrobras, que ficou "abaixo do possível, podendo ser incrementada, sem prejuízos à realização de investimentos", segundo Jesus.

O alerta será encaminhado à Casa Civil da Presidência da República, aos ministério da Fazenda e do Planejamento, à Controladoria-Geral da União e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 18/09/2024

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

CSN NEGOCIA COMPRA DA 3ª MAIOR CIMENTEIRA DO PAÍS, QUE TEM DÍVIDA DE R\$ 22 BI

Venda da InterCement, em recuperação extrajudicial, depende de uma complexa articulação com credores e com acionistas da Mover, controladora da cimenteira
Por Ivo Ribeiro e Cynthia Decloedt (Broadcast)

Depois de obter aval da Justiça para uma reestruturação extrajudicial de dívidas da InterCement que somam R\$ 22 bilhões, a Mover, controladora da cimenteira, está desenhando uma solução para fechar a venda do negócio para a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). O plano envolve mecanismos para superar impasses relacionados a contingências que dificultaram o fechamento da transação entre as partes até agora.

Um passo essencial é destravar uma fatia de quase 15% da holding Mover (ex-Camargo Corrêa) na concessionária de infraestrutura CCR. Essa participação faz parte de uma estrutura de garantia a um empréstimo obtido no passado pela holding do Bradesco BBI, que atualmente supera R\$ 3,1 bilhões.

Esse é o único ativo que resta à Mover e que será usado, também no formato de garantia, na estrutura que está sendo montada para aquisição da InterCement pela CSN. A venda da InterCement Participações e suas controladas no Brasil e Argentina é, por sua vez, a única saída

para evitar a recuperação judicial da cimenteira. O BTG Pactual foi contratado para assessorar a venda.

Nos últimos quatro meses e meio, o grande entrave das negociações da CSN com Mover e os credores vinham sendo as garantias que os acionistas da InterCement deveriam entregar à compradora referente a contingências tributárias, fiscais, cíveis, trabalhistas, ambientais, entre outras, que estão pendentes na Justiça e podem se transformar em um ônus.



Fábrica da InterCement em Ijaci (MG); 15% da empresa pertence ao grupo Mover, ex-Camargo Corrêa Foto: Divulgação / InterCement

O Estadão/Broadcast apurou que, para resolver essa questão, a Mover está assumindo um pacote de obrigações com a CSN e com os credores, que concordariam em realizar uma transferência R\$ 2,237 bilhões para o Bradesco, logo após a venda da InterCement. Essas obrigações de parte da Mover, segundo informações do plano, chegam a R\$ 2,75 bilhões, valor sujeito a ajustes.

Bradesco e Itaú Unibanco já endossaram o desenho, o que foi suficiente para protocolar o pedido na Justiça na segunda-feira (16). Para ter o plano aprovado pelo juiz em até 90 dias será necessária a adesão também do Banco do Brasil. De acordo com fontes próximas à InterCement, a negociação com o BB está avançada.

Questionamento

Essa transferência gerou polêmica entre os detentores de títulos de dívida (bonds) da InterCement, que o entenderam como pagamento antecipado. Fonte próxima à empresa afirma que esse pagamento não está sendo feito de modo privilegiado, uma vez que acontecerá dentro das regras de troca de dívida previstas no plano e com a entrega de novas ações preferenciais, dentro de condições pré-acordadas.

Nesta quarta-feira 18, a companhia siderúrgica de Benjamin Steinbruch informou ao mercado que renovou o acordo de exclusividade para ficar com a InterCement até 16 de outubro, prorrogável por mais 30 dias, conforme já está previsto no plano de recuperação extrajudicial. Os ativos somam 15 fábricas no Brasil e nove na Argentina. A InterCement é a terceira maior do País e com sua aquisição a CSN Cimentos — desde 2023 a segunda do ranking — passaria a ser a primeira.

Bradesco, Itaú e Banco do Brasil formam o maior grupo credor da InterCement, com R\$ 5,9 bilhões em créditos contra a cimenteira, enquanto os bondholders são o segundo, com R\$ 3,1 bilhões. Os pouco mais de R\$ 12 bilhões restantes correspondem a dívidas entre as companhias do grupo.

A reestruturação financeira da InterCement vem sendo feita desde o ano passado, envolvendo venda de ativos em três países da África, entre outros ativos, o que não surtiu o efeito desejado. Antes de chegar à extrajudicial, a InterCement entrou com pedido de proteção contra credores, para evitar a aceleração de suas dívidas e partiu para a medição, que durou 60 dias.

O plano prevê a troca das dívidas atuais com garantia e as sem garantias (quirografárias) por novos papéis com e sem garantia e por novas ações preferenciais e para os bondholders por novos títulos.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 18/09/2024

QUESTÃO FISCAL NÃO DIZ RESPEITO APENAS A UM OU OUTRO GOVERNO; É UM ASSUNTO INSTITUCIONAL, DIZ LEVY

Para ex-ministro da Fazenda, importante é garantir sustentabilidade do arcabouço fiscal, que segundo ele deverá ser cumprido neste ano, ainda que o centro da meta não seja atingido

Por Daniel Tozzi Mendes (Broadcast) e Gabriela Jucá (Broadcast)

O ex-ministro da Fazenda e diretor de estratégia econômica e relações com o mercado do Banco Safra, Joaquim Levy, reforçou nesta quarta-feira, 18, que a questão fiscal segue sendo um ponto importante para avaliar a solidez do Brasil, mas que esse é um assunto institucional, que não diz respeito apenas a um governo ou outro, ou apenas ao poder Executivo.

Levy citou, por exemplo, que o aumento de quase três vezes no valor do benefício do programa Bolsa Família aconteceu no governo de Jair Bolsonaro, quando o benefício era chamado de Auxílio Brasil.

Ele também apontou que os gastos com pessoal vem preocupando muito mais nos níveis municipal e estadual do que no Executivo Federal. “Sem dúvida nenhuma, a questão fiscal é importante. Mas é uma questão profunda. Uma grande parte dela tem a ver com transferências sociais. Transferências, basicamente, decididas pelo Congresso”, acrescentou o ex-ministro da Fazenda, em seminário do grupo Lide, em São Paulo. Ele discursou para uma plateia de empresários e economistas.



Levy diz esperar um desempenho mais próximo de 2,5% de alta no PIB neste ano Foto: Fabio Motta/Estadão

Para ele, o importante nessa questão é garantir a sustentabilidade do arcabouço fiscal, que segundo ele deverá ser cumprido neste ano, ainda que o centro da meta não seja atingido. “Pode ser que o déficit zero não seja totalmente déficit zero, mas ele vai ser cumprido dentro do que a regra estabelece”, disse o ex-ministro, que também lembrou dos recursos extraordinários enviados ao Rio Grande do Sul neste

ano.

“Tem 30 bilhões para o Rio Grande do Sul. Acho que ninguém era contra isso, mas também não tinha como acomodar (no resultado primário). É um crédito extraordinário”, frisou.

Inflação

Para Levy, a inflação no Brasil está baixa. Para referendar a informação, ele citou que a estimativa utilizada como deflator do cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) na divulgação dos dados do segundo trimestre de 2024 cresceu 2,8% no ano contra ano, nível abaixo dos 3%.

“O IPCA está subindo um pouquinho mais por razões diversas, como o que foi uma interpretação um pouco mais generosa do que seria a política monetária norte-americana”, detalhou Levy, acrescentando que isso trouxe um certo temor para o mercado e, conseqüentemente, para a cotação do câmbio. “O câmbio está influenciando o IPCA bastante”, frisou.

Em relação ao desempenho do PIB neste ano, Levy apontou que é bem possível que a economia cresça ao redor de 3% mais uma vez, mas que, por ora, ele enxerga um desempenho mais próximo de 2,5% de alta na economia, uma vez que há expectativa de acomodação da atividade no segundo semestre.

Ainda que o cenário para a segunda metade do ano seja de alta no juro, ele afirmou que espera que o mercado de trabalho siga respondendo positivamente, entre outros motivos, por uma taxa de participação que ainda não se recuperou do nível pré-pandemia.

Otimismo

Levy iniciou sua participação no Lide afirmando que “é muito difícil” não ser otimista com o Brasil. Ele citou, em seguida, que um dos problemas da atividade econômica brasileira hoje, que deverá contribuir para a alta da Selic a partir desta semana, é “um problema bom”, e se refere a uma taxa de desemprego muito baixa.

O ex-ministro da Fazenda também pontuou que o Brasil é um país de grande atrativo para investimentos, principalmente os ligados a iniciativas de transição energética e economia verde, como biocombustíveis, minerais e fertilizantes. “As portas estão abertas”, disse.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 18/09/2024

COMO O NOVO MARCO REGULATÓRIO PODE IMPULSIONAR O HIDROGÊNIO VERDE NO BRASIL

Conjunto de regras vigente para o setor pode fazer com que o País supere o trauma de políticas públicas malsucedidas e vislumbre um futuro renovável e bem-sucedido, segundo especialista

Por Eduardo Geraque

A aprovação do marco regulatório do hidrogênio verde, sancionado no início de agosto pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva após aprovação no Congresso Nacional, é um passo importante que pode colocar o Brasil em mais uma das várias rotas seguras de transição energética disponíveis atualmente.

O conjunto de regras vigente para o setor, agora, pode fazer com que o Brasil supere o trauma de políticas públicas malsucedidas e vislumbre um futuro renovável e bem-sucedido, segundo Fernanda Delgado, diretora executiva da Associação Brasileira da Indústria do Hidrogênio Verde (ABIHV). Ela será uma das participantes do evento Summit ESG - Empresas e Sociedade pela Agenda 2030, promovido pelo Estadão e que será realizado em 26 de setembro, no Teatro B32, em São Paulo.

“A importância do hidrogênio verde para a composição não só da matriz energética brasileira, mas para os processos de fabricação dos produtos nacionais é que ele tem a capacidade de trazer para baixo o conteúdo de carbono da produção. Portanto, para o Brasil fazer parte da nova economia verde será preciso principalmente descarbonizar setores como o da indústria siderúrgica, de fertilizantes, química, de alimentos e até do próprio petróleo”, diz a executiva.



Novo marco regulatório do hidrogênio verde foi aprovado no Congresso e sancionado no início de agosto pelo presidente Lula
Foto: Wilton Júnior/Estadão

Não que esteja tudo resolvido, muito pelo contrário, ainda mais porque a consolidação do chamado hidrogênio verde depende de entendimentos entre lideranças das várias áreas da sociedade brasileira. Em linhas gerais, como explica Delgado, a proposta, um “avanço notável”, segundo ela, criou um mecanismo de incentivos

tributários e medidas para descarbonizar a matriz energética brasileira, por meio do Rehidro (Regime Especial de Incentivos para a Produção de Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono).

Por intermédio dessa iniciativa, incentivos fiscais da ordem de R\$ 18 bilhões serão concedidos às empresas produtoras de hidrogênio verde entre 2028 e 2032. Haverá a suspensão de PIS, Cofins, PIS-Importação e Cofins-Importação. A criação do Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono, outra determinação da lei, também visa o financiamento do setor.

E mais uma medida aprovada no conjunto de regras, o fato de a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) passar a ser a instituição responsável por autorizar a produção, a importação, o transporte, a exportação e a armazenagem de hidrogênio, também é classificada como positiva pelos especialistas do setor. Empresas que não estiverem sediadas no Brasil não poderão produzir o combustível em território brasileiro.

Dados da Agência Internacional de Energia Renovável indicam que, em 2050, o hidrogênio verde deve ser responsável por 12% da necessidade global de energia. O que significa 409 milhões de toneladas produzidas todos os anos. E, se a neutralidade climática for realmente atingida em todas



as cadeias de produção do novo tipo de combustível, o impacto sobre o aquecimento global poderá ser grande, da ordem de até 20% na redução das emissões globais, segundo o Hydrogen Council.

No caso brasileiro, além da exportação, a produção via mercado interno, por meio de hubs em construção principalmente no Nordeste, é uma realidade palpável, com vários projetos privados já em andamento. Que devem ganhar fôlego, agora, com o marco regulatório.

Matéria-prima renovável

Tanto do ponto de vista científico quanto tecnológico, o chamado hidrogênio verde apenas recebe esse título quando a matéria-prima utilizada no início do processo vem de uma fonte renovável ou da biomassa, como no caso do etanol. Existem veículos em várias partes do mundo que já são abastecidos com hidrogênio, mas são combustíveis produzidos a partir do gás natural. É o que se padronizou chamar de hidrogênio cinza, por estar no meio do caminho entre as fontes limpas e os combustíveis fósseis.

Outra possibilidade de produção de hidrogênio, e que nutre um trilha tecnológico em franco desenvolvimento no Brasil e em todo mundo, é a partir da água, por meio da hidrólise, a quebra da molécula.

No caso dessa quebra da água, tecnologia que está sendo usada, por exemplo, para a obtenção de hidrogênio no Ceará, um dos pontos importantes para a neutralidade climática do processo é o tipo de energia primária que será usada para movimentar os equipamentos que farão a hidrólise. Como a ideia, no caso, é usar energia solar, a conta fecha.

O mesmo raciocínio é válido para a energia eólica. A tecnologia da quebra da água, em larga escala, está recebendo atenção em várias partes do mundo. Os chineses estão com vários projetos em andamento.

Na prática, os dois processos, o que utiliza a biomassa como o etanol, ou o da quebra da água, estão partindo de uma molécula altamente energética (até quatro vezes mais do que a do carvão) estocada na natureza a partir de ligações químicas com outros elementos da tabela periódica. Apesar dos resultados promissores, e de muitas associações internacionais promoverem o hidrogênio verde como uma solução milagrosa, ainda vão ser necessários muitos anos para a tecnologia, de fato, decolar, segundo especialistas.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 18/09/2024

BC DETERMINA QUE BANCOS CRIEM ALERTA DE GOLPE DO PIX; MEDIDA ENTRA EM VIGOR EM 2025

Mecanismo integra uma série de melhorias em sistemas de segurança para evitar fraudes; quem não cumprir será penalizado

Por Clayton Freitas

As instituições financeiras participantes do Pix deverão criar, a partir do ano que vem, um alerta de golpes para transações atípicas. A medida foi tomada pelo Banco Central no dia 12 deste mês, durante uma reunião do Fórum Pix, um grupo que envolve prestadores de serviços de pagamento e usuários finais da ferramenta, sob a coordenação do BC.

A informação consta da apresentação feita durante a reunião. O Banco Central não criará tais parâmetros, que devem ser implementados dentro de seis meses a partir da alteração do manual que estabelece os requisitos mínimos para a experiência do usuário (UX). A última atualização do manual foi em julho de 2023. A criação do alerta, como ele será feito e os critérios serão de responsabilidade de cada instituição financeira. Procurado para mais detalhes, o Banco Central não respondeu ao pedido de informações até a conclusão desse texto.



Após aumento no número de golpes com o Pix, BC aprova medidas para prevenir fraudes Foto: Léo Souza/ Estadão

Devolução de R\$ 1 bilhão

As várias modalidades de fraudes já levaram à devolução de mais de R\$ 1 bilhão aos clientes lesados, segundo os dados do próprio Banco Central. Os números se referem ao Mecanismo Especial de Devolução (MED), criado para facilitar as devoluções do Pix.

A criação do alerta integra um pacote que visa aprimorar a segurança do sistema de pagamento. Segundo a apresentação, a partir do dia 1º de novembro deste ano, os mecanismos de armazenamento das chaves Pix devem ter um sistema capaz de identificar transações atípicas ou não compatíveis com o perfil do cliente. As medidas são as seguintes:

- Uso de temporizador para fazer a transação;
- Rejeição de transações suspeitas de fraude;
- Bloqueio cautelar (da chave).

Ainda segundo a apresentação, as transações Pix não poderão mais ser iniciadas nem recebidas por conta mantida por usuário identificado como suspeito de fraude ou “laranja”. Os bancos devem informar o BC a cada seis meses a relação de clientes que possuem marcações de fraude.

Outras medidas de segurança determinam que as chaves Pix e as transações feitas com elas devem ser feitas em dispositivo de acesso previamente cadastrado pelo cliente. Essa medida, segundo o grupo de segurança do Fórum Pix, dificulta aquelas fraudes em que o criminoso consegue o login e senha das pessoas.

Transações Pix de dispositivos de acesso não cadastrados –tais como um novo aparelho de celular comprado pelo cliente– terão valores limitados a até R\$ 200 por transação, com teto máximo de R\$ 1.000 ao dia.

Ainda segundo a apresentação, caso as instituições financeiras não cumpram as regras determinadas, elas estarão sujeitas a penalidade de R\$100.000,00.

Mecanismo de devolução

Para evitar fraudes no MED, o Banco Central acatou duas medidas propostas pelo Fórum Pix. Uma delas é não permitir a criação de solicitação de devolução por falha operacional nos casos em que a transação Pix foi corretamente iniciada pelo usuário pagador e o valor indicado por ele foi devidamente destinado à conta do recebedor.

A outra é a possibilidade da instituição financeira responsável pelo pagamento ou recebimento do Pix poder analisar e rejeitar a solicitação de devolução. As duas medidas entram em vigor seis meses após ser incluída no manual Operacional e de Tempos do Pix.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 18/09/2024

OPINIÃO - BANCO CENTRAL QUER SER A ESTATAL QUE NINGUÉM CONTROLA

Super autonomia daria poder absoluto, retirando freios e contrapesos típicos do Estado de direito
Por Maurício F. Bento

O economista Roberto Campos, integrante da comissão brasileira em Bretton Woods – quando da criação do FMI e do Banco Mundial –, ex-ministro e fundador do BNDES, dizia que “no Brasil,

empresa privada é aquela que o governo controla e empresa pública é aquela que ninguém controla”.

Hoje, o atual presidente do Banco Central, neto do economista, lidera uma campanha para criar uma empresa pública. E não seria uma empresa qualquer, seria a mais poderosa estatal de todos os tempos: A empresa pública Banco Central do Brasil.

A nova estatal seria a primeira com vastos poderes normativos, regulatórios, fiscalizatórios e seria eximida de supervisão ministerial. Quer grandes poderes, mas não quer grandes responsabilidades.



A mudança prevista na PEC n.º 65/2023, de relatoria do senador Plínio Valério (PSDB-AM), pretende turbinar a autonomia orçamentária e financeira, dando um cheque em branco para o Bacen gastar recursos públicos com ampla liberdade, podendo copiar a irresponsabilidade fiscal e os penduricalhos existentes nas instituições que contam com similar autonomia.

Campos Neto lidera campanha do Banco Central por autonomia além da que já foi aprovada no Congresso Foto: Alex Silva / Estadão

O Bacen já conta com autonomia operacional, garantida pela Lei Complementar n.º 179/2021, podendo tomar decisões sem pedir permissão a outros órgãos. Projetos como o Open Finance, Pix e Drex se desenvolveram em um banco sem autonomia formal. A atual autonomia, de 2021, ainda é recente e deve ser avaliada. A necessidade de se avaliar e tomar decisões baseadas em evidências não vale apenas para políticas sociais. Se existe estudo que demonstra a melhoria da política monetária de 2021 para cá, deve ser apresentado e debatido.

A super autonomia da PEC 65 daria ao Banco um poder absoluto sobre os bens e políticas públicas que gerencia, retirando os freios e contrapesos típicos do Estado de direito. O Banco Central seria uma estatal que ninguém controla.

No novo patrimonialismo proposto, o Banco Central não seria o guardião da moeda, mas seu dono, indiferente às opiniões dos representantes do povo. Os funcionários do Banco seriam os únicos aptos a opinar sobre o curso de ação, o que poderia tornar a instituição mais vulnerável à captura e à influência do poder econômico.

A proposta é inconstitucional por vício de iniciativa, pois a Constituição confere ao presidente a prerrogativa de iniciar propostas como essas. Não que isso valha muito, pois o Supremo Tribunal Federal (STF) – instituição dotada de autonomia análoga – validou a Lei 179/2021, provida do mesmo vício.

Estamos diante de uma curiosa ironia do destino, em que o neto do célebre economista “Bob Fields” propõe a criação de uma estatal dotada de superpoderes e super autonomia sem precedentes, levando ao extremo a observação de seu avô.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 18/09/2024

ECONÔMICO
Valor
Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

COM SECA NO AMAZONAS, TRANSPORTE DE CARGA COMEÇA A TESTAR ‘PLANO B’

Principal solução estruturada pelos operadores logísticos foi a instalação de terminais flutuantes na região de Itacoatiara

Por Taís Hirata, Valor — São Paulo



Bacia do Rio Amazonas enfrenta um cenário de grande seca e algumas regiões podem registrar cotas mínimas históricas — Foto: Divulgação/Serviço Geológico do Brasil (SGB)

A forte seca que atinge novamente o rio Amazonas neste ano ainda não impede a passagem de navios nos trechos mais críticos, mas operadores logísticos já começam a testar as estruturas alternativas, criadas para mitigar o risco de uma interrupção do fluxo logístico, como aconteceu em 2023.

A principal solução estruturada pelos operadores logísticos foi a instalação de terminais flutuantes na região de Itacoatiara, antes de um trecho crítico para a passagem dos navios na época de seca. Dessa forma, as embarcações conseguem fazer o transbordo da carga para balsas, que conseguem trafegar mesmo com uma profundidade menor do rio, e assim fazer a conexão com o porto de Manaus.

Foram instalados dois terminais no local, que começaram a funcionar nos últimos dias.

Segundo Augusto Rocha, diretor do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), por enquanto a estrutura é usada em caráter de teste. A entidade fez uma parceria com a operadora portuária Chibatão para instalar um dos terminais. “Por enquanto, os navios estão passando normal, não há restrição de calado”, diz ele.

“A perspectiva, segundo os modelos, aponta que a restrição começará em 12 de outubro”, afirma.

Na terça-feira (17), o nível do rio Negro no porto de Manaus (indicador usado como referência por operadores para medir a situação) estava em 15,77 metros, patamar inferior ao registrado no mesmo dia de 2023, quando a profundidade do rio era de 19,68 metros. No ano passado, a região já havia enfrentado uma estiagem histórica e neste ano se desenha uma situação ainda mais grave.

A duração da crise ainda é vista com incerteza. Para o setor logístico, um fator que trouxe otimismo nos últimos dias foi a assinatura do contrato para a dragagem do rio, na semana passada. Com o serviço, a expectativa é que a profundidade do rio possa ser mantida, viabilizando a passagem dos navios.

No melhor cenário, o serviço de dragagem começará dentro de três semanas. Caso o cronograma se mantenha e a dragagem seja bem-sucedida em manter a profundidade do rio, a previsão é que a hidrovía fique paralisada por apenas duas semanas. O pior cenário é que a dragagem não funcione. Neste caso, a interrupção do fluxo pode durar até janeiro de 2025, na previsão de Rocha.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 18/09/2024

PT É CORTEJADO, MAS COLOCA DECISÃO DE APOIO PARA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA NA GELADEIRA

A aposta de expoentes da sigla é que a decisão ocorrerá apenas quando o cenário estiver menos acirrado para evitar que posicionamentos sobre a eleição interna respinguem na relação de Lula com o Legislativo

Por Marcelo Ribeiro, Valor — Brasília

Considerado o fiel da balança do momento na disputa pelo comando da Câmara dos Deputados, o PT, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tem sido cortejado pelos três principais pré-candidatos ao principal posto da Mesa Diretora. Apesar das investidas, parlamentares do partido avaliam que a

tendência é que a legenda mantenha as conversas com os postulantes, mas não bata o martelo no curto prazo.

A aposta de expoentes da sigla é que a decisão ocorrerá apenas quando o cenário estiver menos acirrado para evitar que posicionamentos sobre a eleição interna respinguem na relação de Lula com o Legislativo. Isso porque, ainda que o presidente opte pela isenção, eventuais movimentos de seu partido serão vistos como um reflexo do que ele realmente gostaria que acontecesse na corrida pelo comando da Casa.

Preferido do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) para sucedê-lo, Hugo Motta (Republicanos-PB) tem argumentado aos petistas que seu nome reúne maiores chances de vitória e que o embarque da sigla é importante para que eles garantam um espaço na direção da Casa. A disposição dos cargos da Mesa Diretora costuma considerar o tamanho das bancadas e contempla os aliados da chapa.



Hugo Motta — Foto: Mario Agra / Câmara dos Deputados

Apesar de ter a sinalização de apoio do PL, de Jair Bolsonaro, Motta tenta se desvincular da pecha de candidato opositor. O líder do Republicanos na Casa alega que votou e orientou a legenda a apoiar medidas importantes para o governo e que sua sigla está na base aliada. O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, é do partido presidida por Marcos Pereira (Republicanos-SP).

Na semana passada, o líder do PT na Câmara, Odair Cunha (MG), participou de almoço de aniversário de Motta, no qual Lira sinalizou aos presentes que o apoiaria na corrida pela principal cadeira da Casa. Após deixar o encontro, publicou, nas redes sociais, que submeteria o nome do paraibano à bancada petista.

A postagem foi vista como um aceno de apoio a Motta, o que gerou reações nos principais adversários, que procuraram expoentes do partido. O gesto também não foi bem-recebido internamente. Correligionários de Odair conversaram com Elmar e passaram a afirmar que não havia previsão para o PT se posicionar em relação à disputa. Alguns chegaram a dizer que ele foi precipitado. O assunto foi parcialmente enterrado após o líder apagar a postagem no Instagram.

Apesar do imbróglio, Motta tem garantido a interlocutores estar convicto do apoio do PT à sua postulação.

Por outro lado, o bloco que tem os líderes do União, Elmar Nascimento (BA), e do PSD, Antonio Brito (BA), como pré-candidatos tenta colar a oposição em Motta e destacam um suposto compromisso que o líder do Republicanos teria feito com os bolsonaristas de apoiar o PL da Anistia.



Elmar Nascimento — Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Com previsão de ser aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) após as eleições municipais, a proposta busca anistiar participantes de manifestações com teor golpista, entre elas, a invasão aos prédios dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023.

Com o calendário apertado, a apreciação da matéria no plenário da Casa pode ficar apenas para o ano que vem.

Antes de Lira - que o tinha como preferido até o fim de agosto - desembarcar de sua candidatura, Elmar chegou a indicar ao PL que apoiaria a medida. Ao ser abandonado pelo antigo aliado, mudou de postura.

Dentro do grupo, há a leitura de que o nome de Brito seria melhor digerido pelo Palácio do Planalto. O liderado de Gilberto Kassab, presidente nacional do PSD, é considerado o nome mais governista da disputa e foi figura presente na campanha de Lula na Bahia durante as eleições de 2022.

Por isso, Elmar tem feito uma série de gestos ao Executivo, para tentar associar a si a figura de melhor opção para o governo federal no comando da Câmara a partir de fevereiro de 2025.

Sob recomendação do líder, o União contribuiu diretamente para a obstrução que evitou inclusive a leitura do parecer do relator Rodrigo Valadares (União-SE) sobre o PL da Anistia na terça-feira da semana passada. Um dia depois, a própria oposição desistiu de avançar com o tema diante da dificuldade para reunir os 34 votos necessários para se aprovar o requerimento que buscava incluir a proposição na pauta do principal colegiado da Casa. A análise, então, ficou para outubro.

A investida do bloco de Elmar e Brito ainda passa pelos cargos de direção da Câmara, com a promessa de o PT ficar com a primeira vice-presidência.

A tendência, segundo petistas ouvidos pelo Valor, é que as conversas se arrastem ao longo dos próximos meses. A leitura é que um posicionamento antecipado poderia gerar ruídos na relação de Lula com a Casa.

Apesar disso, parlamentares reconhecem que a maioria dos petistas é mais simpática à possibilidade de embarcar na postulação de Motta.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 18/09/2024

DESMONTAGEM DE PLATAFORMAS PODE MOVIMENTAR R\$ 306 BI

Apesar dos valores bilionários, o desmantelamento das estruturas no Brasil ainda esbarra em desafios ambientais e tributários

Por Fábio Couto e Kariny Leal — Do Rio



Petrobras iniciou plano de desmontar 23 plataformas nos próximos cinco anos — Foto: Leo Pinheiro/Valor

A desmontagem de plataformas marítimas (offshore) e terrestres (onshore) de petróleo e gás, conhecida como descomissionamento, deve gerar um fluxo de investimentos no país da ordem de R\$ 306 bilhões nos próximos 30 anos, conforme estudo da Aurum Tank. A desativação das unidades envolve remoção de instalações, destinação adequada de materiais, resíduos e rejeitos, recuperação ambiental da área e preservação de condições de segurança de navegação local para que se retorne às condições ambientais anteriores à produção. Apesar dos valores bilionários, o desmantelamento das estruturas esbarra em desafios ambientais e tributários.

O descomissionamento é obrigatório, previsto nos contratos de concessão firmados com as petroleiras, uma vez que termina a vida útil dos campos de produção. A medida pode envolver a reutilização ou reciclagem dos materiais em outras indústrias, como sucata.

A plataforma da Petrobras P-32 será a primeira a ser desmontada no Brasil. A Shell realizou descomissionamento de uma unidade que operava na Bacia de Campos, o FPSO Fluminense, mas o ativo foi enviado para desmontagem no exterior. “Creio que essa é uma avenida que o Brasil, como indústria, deveria investigar. Há oportunidade para que estaleiros se capacitem, desenvolvam tecnologia e se preparem para essa oportunidade que está vindo, em vez de deixar esse navio sair do país”, disse o presidente da Shell Brasil, Cristiano Pinto da Costa.



A Petrobras iniciou o plano de desmontar 23 plataformas nos próximos cinco anos. As duas primeiras unidades foram arrematadas pela Gerdau em licitação: a P-32 e a P-33. A Ocyan venceu outro certame, da retirada dos dutos, tubulações e equipamentos submarinos, por R\$ 900 milhões. A P-32 está no Estaleiro Rio Grande, da Ecovix, no Rio Grande do Sul, e a P-33 está no Porto do Açú, no Rio, para serviços prévios, antes de seguir para desmontagem, também no estaleiro Rio Grande.

Para a Petrobras, o descomissionamento está em processo de aprimoramento para incorporar lições aprendidas e melhores práticas da indústria. “Muitos aprendizados, tanto para a Petrobras, quanto para o mercado nacional, estão sendo extraídos desse processo”, avalia, em nota.

Segundo levantamento da Aurum Tank, o total de investimento considera 240 plataformas instaladas no país, incluindo as que ainda serão construídas e entrarão em operação nos próximos anos. O movimento deve ser em duas fases: a primeira, principalmente, com unidades das bacias de Campos e Sergipe-Alagoas e a segunda com plataformas do pré-sal de Santos.

A primeira onda envolverá investimentos de R\$ 115,1 bilhões até 2036, e a segunda, de R\$ 191 bilhões, segundo a consultoria de José Mauro Coelho, ex-presidente da Petrobras e ex-secretário de petróleo e gás do Ministério de Minas e Energia (MME), e de Guilherme Mercês, ex-economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio, Serviços e Turismo (CNC) e da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

Entre 2037 e 2040, projeta-se o maior volume de investimentos, com R\$ 69,7 bilhões voltados para desmontar 23 unidades, sendo 17 na Bacia de Campos e o restante na de Santos. O valor pode aumentar, considerando os investimentos em novas fronteiras petrolíferas, como a Bacia de Pelotas e a Margem Equatorial.

O licenciamento de empresas que fazem o desmantelamento das embarcações é de competência dos órgãos estaduais de meio ambiente, segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

As petroleiras fazem provisões e apresentam garantias à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para assegurar recursos para a desmontagem das instalações. É o chamado custo do abandono (“abex”), que se alinha às despesas de investimento (“capex”) e de operação (“opex”). “O negócio de um operador é produzir petróleo, mas não fazer o abandono do campo. Mas é obrigação fazer ou contratar alguém que faça o abandono”, disse Coelho.

Há alguns desafios para que esse mercado se consolide no país. Um deles é tributário, pois as plataformas, em geral, são enquadradas no regime tributário especial denominado Repetro, que permite incentivos à exportação das que foram produzidas no Brasil. O regime admite importação temporária de plataformas e equipamentos, com suspensão dos tributos aduaneiros. No caso do descomissionamento, ainda não está claro se a atividade está enquadrada.

Jeniffer Pires, sócia do Kincaid Mendes Vianna Advogados, diz que falta um regime aduaneiro que preveja regras de desmantelamento de plataformas. “A norma brasileira não atende à atividade de reciclagem de embarcações. O ideal é que a indústria não perca a oportunidade de fazer descomissionamento no Brasil.”

A especialista na área de petróleo afirma que a falta de legislação adequada pode levar as companhias do setor a deixarem de trazer um incremento ao Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, caso a atividade não seja regulamentada. “Tanto os órgãos ambientais quanto a Receita Federal não estão abertos para essa oportunidade de modernizar um setor importante como a indústria naval. O Brasil tem a chance de se tornar um polo, como alguns países asiáticos são. Se nada for feito, as empresas devem escolher fazer o desmantelamento de plataforma em outros países.”

A primeira plataforma a ser desmontada no Brasil, a P-32, enfrenta um impasse por conta dos resíduos de água oleosa encontrados na desmontagem. Segundo a Petrobras, a plataforma pertence agora à Gerdau, com quem está tratando sobre as providências. “Quando a unidade chegou no

estaleiro para iniciar as atividades de desmonte, constatou-se um desalinhamento entre a expectativa da Gerdau e a real condição de limpeza da plataforma”, disse a estatal.

Procurada, a Gerdau diz que tem tomado providências, respeitando limites legais, ambientais e de saúde dos colaboradores. A empresa reforçou o ganho ambiental do uso da sucata metálica como matéria-prima na produção de aço.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 18/09/2024

INVESTIMENTO DA UNIÃO CRESCE EM 2024, MAS SEGUE INSUFICIENTE

Para analistas, melhor resultado desde 2016 ainda é baixo; restrição fiscal impõe limites a gasto do governo em áreas como infraestrutura

Por Estevão Taiar — De Brasília



A professora Margarida Gutierrez: “Está todo mundo olhando a dívida pública do Brasil com uma lupa” — Foto: Adriana Lorete/Divulgação

Os investimentos do governo federal alcançaram nos sete primeiros meses de 2024 o maior patamar para o período desde 2016. Mas, segundo economistas ouvidos pelo Valor, ainda são insuficientes para, de maneira relevante, impulsionar o crescimento econômico ou garantir uma infraestrutura adequada para o país - tarefa que, de resto, cabe em sua maior parte ao setor privado, dadas as limitações fiscais do Brasil. Além disso,

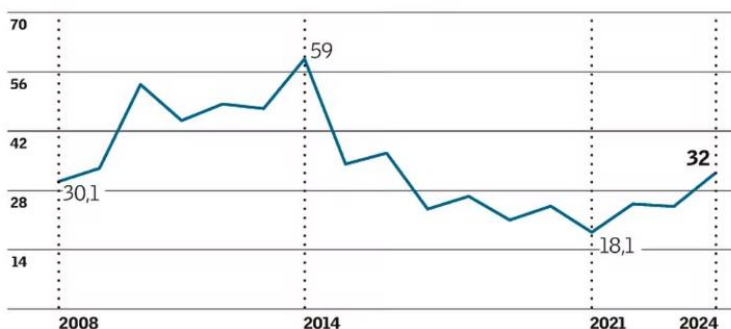
mesmo com o aumento recente, os valores investidos pela União seguem abaixo da média dos países desenvolvidos e continuam com pouca transparência.

Entre janeiro e julho deste ano, os investimentos da União alcançaram R\$ 32 bilhões, o maior nível para o período desde 2016. Na ocasião, esses desembolsos atingiram R\$ 36,8 bilhões. Os números, levantados pelo Valor na série histórica da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), estão todos a preços de julho de 2024 e desconsideram inversões financeiras. Em relação ao mesmo período do ano passado, a alta foi de 31,8%.

Na primeira metade da década passada, os investimentos rodavam na casa dos R\$ 50 bilhões anuais. Mas, com a necessidade crescente de medidas de ajuste das contas públicas, que levou à adoção do teto de gastos em 2016, e a dificuldade para cortar despesas obrigatórias, os ajustes fiscais da União foram realizados principalmente em cima de gastos discricionários - aqueles que podem ser cortados livremente, como os próprios investimentos. A rigidez orçamentária no Brasil, com mais de 90% de gastos obrigatórios, também impõe limites ao volume que o governo consegue investir.

Investimentos da União

Nos primeiros sete meses do ano - em R\$ bi*



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional Elaboração: Valor Data *Em valores de jul/24

“Contabilmente os gastos estão lançados como investimentos, muita coisa acaba entrando nessa rubrica”

— Bruno Lavieri

Com isso, houve anos em que o volume investido pela União era insuficiente até mesmo para cobrir a depreciação da infraestrutura federal - o que não acontece mais, com o aumento dos desembolsos nos últimos anos.

A partir das aprovações da Emenda Constitucional (EC) da Transição, no fim de 2022, e do novo arcabouço fiscal para



as contas da União, no ano passado, esses desembolsos voltaram a crescer. O arcabouço estabelece piso equivalente a 0,6% do Produto Interno Bruto (PIB) para os investimentos do governo federal.

Apresentado no fim de agosto, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025 prevê que os investimentos precisarão alcançar pelo menos R\$ 74,3 bilhões. Para este ano, o piso é de R\$ 68,5 bilhões. Entram na conta os desembolsos do Novo Programa de Aceleração (PAC), lançado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2023.

“Mas a gente continua com investimentos públicos muito baixos”, diz o coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), Manoel Pires.

Ele destaca que no ano passado esses desembolsos ficaram em 0,5% do PIB. Levando em conta os investimentos realizados por empresas estatais da União, que “no Brasil muitas vezes viram uma válvula de escape para gastos com infraestrutura”, ficam em 2% do PIB.

Já os desembolsos médios realizados pelas administrações federais dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) estão em torno de 3,5% a 4% do PIB - movimento que, “acumulado ao longo dos anos, dá uma diferença muito grande em termos de estoque de capital” entre o Brasil e os países desenvolvidos.

“O caso brasileiro é especialmente grave, porque a gente tem uma infraestrutura muito precária. Outros países não possuem tanta necessidade de investimento”, diz também José Ronaldo de Souza Jr, economista-chefe e sócio da Leme Consultores e professor do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec).

Embora os economistas ouvidos pelo Valor defendam que a maior parte dos investimentos venham do setor privado, também afirmam que, muitas vezes, aportes da União são necessários para viabilizar projetos. Souza Jr cita como exemplo a BR-381. Leiloada em agosto pela União, a BR-381 é conhecida como “Rodovia da Morte” e tem obras de alto grau de dificuldade técnica. O leilão estabeleceu que, de um total de 296 quilômetros, 31 quilômetros serão duplicados pelo próprio governo federal.

Embora reconheçam a necessidade de expandir investimentos, os analistas destacam a importância de manter as atuais regras do arcabouço fiscal como forma de evitar maiores desequilíbrios no caixa da União. Atualmente, a dívida bruta do governo geral (DBGG), considerada por diversos economistas como o principal indicador de estoque do endividamento da União, está em 78,5% do PIB, segundo o Banco Central. O número representa alta de 6,8 pontos percentuais desde o início do terceiro mandato do presidente Lula.

Além disso, é praticamente unanimidade entre especialistas em contas públicas neste momento que o indicador continuará em alta nos próximos anos. A Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão de monitoramento da política fiscal ligado ao Senado, calcula em seu cenário principal que a DBGG alcançará 100,6% do PIB em 2034.

Um terceiro agravante é que o indicador já parte no Brasil de um patamar maior, em relação à grande parte dos emergentes. Conforme divulgado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em março, a dívida bruta do Brasil é mais de 15 pontos superior à média dos países emergentes, só ficando abaixo de Egito, Ucrânia e China.

“Está todo mundo olhando a dívida pública do Brasil com uma lupa”, diz Margarida Gutierrez, professora do Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppead/UFRJ), para quem a União “está usando o cheque especial o tempo todo”.

Na avaliação dos economistas ouvidos pelo Valor, a principal maneira de abrir espaço dentro do arcabouço para ampliar os investimentos seriam mudanças nas regras para as despesas obrigatórias

da União. Entre as opções sugeridas, estão desvinculação de benefícios previdenciários e assistenciais dos reajustes do salário mínimo, correção do mínimo apenas pela inflação, sem altas reais, e alterações nos pisos constitucionais para gastos com saúde e educação, hoje atrelados à receita. De janeiro a julho, a despesa total da União foi de R\$ 1,325 trilhão, mas só R\$ 32 bilhões foram para o investimento.

Conforme o Valor publicou nas últimas semanas, a equipe econômica debate mudanças nas regras de diversas fontes de pressões de gastos obrigatórios, como seguro-desemprego, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), abono salarial, Simples Nacional e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). As sugestões só devem ser apresentadas formalmente depois das eleições municipais.

“Um país que possui despesas públicas tão elevadas não pode ter os gastos mais relevantes em termos de externalidades (espécie de efeitos secundários positivos para a economia e o bem-estar) tão baixos”, diz Souza Jr, a respeito dos investimentos.

“Toda vez que o Brasil cresce um pouco mais, começa a faltar porto, aeroporto, saneamento, rodovia, ferrovia”, afirma Gutierrez.

Um problema adicional apontado é a falta de transparência dos investimentos da União. Entram nos investimentos divulgados mensalmente pela STN as emendas parlamentares, que vêm sendo objeto de discussão entre Executivo, Legislativo e Judiciário justamente pela falta de transparência.

“Contabilmente os gastos estão lançados como investimentos, mas muita coisa acaba entrando nessa rubrica”, diz Bruno Lavieri, economista-chefe e sócio da 4intelligence.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 18/09/2024

LULA SANCIONA LEI NESTA QUARTA-FEIRA QUE PREVÊ R\$ 5 BI PARA SOCORRER EMPRESAS AÉREAS

Por Rafael Bitencourt, Valor — Brasília



Aeroporto de Guarulhos — Foto: Silvia Zamboni/ Valor

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai sancionar nesta quarta-feira (18) a nova Lei Geral do Turismo, em solenidade prevista para 15h, no Palácio do Planalto. A nova legislação, que foi preparada para aperfeiçoar e desburocratizar a atividade turística no país, permite a liberação dos recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac) para oferta de R\$ 5 bilhões em créditos em socorro das companhias aéreas, conforme estimativa que vem

sendo anunciada pelo próprio ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

Com a aprovação do texto na Câmara dos Deputados, no fim de agosto, o Ministério de Portos e Aeroportos informou que a nova oferta de financiamento ao setor aéreo permitirá que as empresas ampliem a frota de aeronaves no país. Como consequência, há expectativa de que essa aquisição aumente o número de voos e passagens ofertadas, reduza o custo operacional das empresas e, por fim, haja uma redução no preço das passagens no país.

De acordo com o ministério, após sanção da lei, o governo irá criar um “comitê gestor” do Fnac que terá a competência e composição definida por decreto e assumirá o papel órgão gestor do fundo, que atualmente conta com saldo de R\$ 8 bilhões. Entre as atribuições estará a definição dos limites de recursos para empréstimos.

O texto aprovado pelo Congresso definiu o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como “operador primário” do Fnac na questão dos financiamentos. Outros bancos ou

instituições financeiras, públicas ou privadas, poderão ofertar empréstimos com recursos do fundo, desde que assumam os riscos das operações e sejam habilitados pelo BNDES.

Nos planos do governo, o Conselho Monetário Nacional (CMN) deverá aprovar uma resolução para regulamentar as diferentes linhas de financiamento disponíveis, suas finalidades específicas, as taxas de juros aplicáveis, prazos de pagamento, comissões e demais condições que os tomadores de financiamento precisarão cumprir.

De acordo com o Ministério de Portos e Aeroportos, o Fnac foi criado em 2011 com o objetivo de fomentar o desenvolvimento do sistema nacional de aviação civil. Além de oferecer recursos para empréstimos, deve garantir apoio às políticas públicas voltadas para a aviação regional, o desenvolvimento de combustíveis sustentáveis e a oferta de subsídio à aquisição de querosene de aviação (QAV) nos aeroportos da Amazônia Legal.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 18/09/2024



AGÊNCIA BRASIL - DF

GOVERNO ANUNCIA R\$ 514 MILHÕES PARA COMBATER INCÊNDIOS FLORESTAIS

Com autorização do STF, gastos estarão fora de metas fiscais

Por Wellton Máximo – Repórter da Agência Brasil - Brasília

Até esta quarta-feira (18), o governo liberará um crédito extraordinário de R\$ 514 milhões para combater os incêndios florestais que se alastram pelo país. O anúncio foi feito há pouco pelo ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, e pela ministra do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Marina Silva, em reunião entre representantes dos Três Poderes para discutir as ações de combate às queimadas.



Os recursos, informou Costa, serão distribuídos em diversos ministérios e serão usados para a aquisição de equipamentos e para a execução de medidas no curto prazo. A medida provisória com o crédito extraordinário deve ser editada nas próximas horas.

De acordo com a Casa Civil, uma parte dos recursos será destinada ao Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas para reforçar o monitoramento e enfrentamento às queimadas. Com o dinheiro extra, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos

Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) poderão contratar brigadistas e alugar viaturas e aeronaves.

Também receberão o dinheiro a Polícia Federal e a Força Nacional de Segurança Pública, para reforçar as investigações e a repressão ao crime ambiental. A verba também será distribuída às Forças Armadas, para operações de apoio na extinção das chamas. Outra parte dos recursos será empregada na compra de cestas básicas e de alimentos às famílias da Região Norte afetadas pela baixa dos rios.

Segundo o ministro da Casa Civil, o dinheiro será aplicado em parceria com os estados e os municípios. Na próxima quinta-feira (19), o governo federal pretende reunir-se com os 27 governadores para ouvir as demandas e os pedidos de ajuda para traçar um diagnóstico, acrescentou Rui Costa.

O valor já havia sido informado ao Supremo. No domingo (15), o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou um orçamento especial para o enfrentamento às mudanças climáticas. O governo poderá abrir um crédito extraordinário, que por definição está fora das metas fiscais, sem correr o risco de que o dinheiro seja reincluído nelas, caso a medida provisória seja rejeitada ou não seja votada a tempo.

Ainda nesta semana, afirmou Costa, o governo enviará outra medida provisória para simplificar a liberação de recursos do Fundo Amazônia pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Realizado no fim da tarde desta terça-feira (17), no Palácio do Planalto, em Brasília, o encontro teve a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, dos presidentes do STF, Luís Roberto Barroso; do Senado, Rodrigo Pacheco; e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira. O encontro também reuniu ministros do governo, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, e representantes da Polícia Federal e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Conselho Nacional de Segurança Climática

A ministra Marina Silva informou que o governo avalia propostas de criação de um Conselho Nacional de Segurança Climática e de um Plano de Prevenção de Efeitos Climáticos Extremos. “Há pouco, nós conversávamos, e o senhor [presidente Lula] teve uma ideia de que, do mesmo jeito que o senhor criou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, o senhor gostaria de que estudássemos a possibilidade, de caráter de urgência, celebrando essa reunião com os Poderes, o Conselho Nacional de Segurança Climática”, declarou.

Para Marina, o conselho terá papel importante ao articular diferentes setores da sociedade. “Acho que isso é uma grande sacada que o senhor teve, porque nós temos o pacto com os Poderes, nós vamos poder reunir o Superior Tribunal de Justiça, a Câmara dos Deputados, o Congresso, a sociedade, o setor empresarial, e poder apresentar recomendações para que mais que mitigar, mais que adaptar e nos preparar, nós possamos transformar o nosso país”, acrescentou. O plano de prevenção, informou a ministra, está sob análise da Casa Civil.

*Matéria ampliada às 20h55.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 18/09/2024

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

SANTOS BRASIL ESTÁ EMPENHADA NA CONCLUSÃO DO PROJETO DE LÍQUIDOS EM ITAQUI

Por Danilo Oliveira *Portos e logística* 17/09/2024 - 19:24



Porto do Itaqui (Arquivo/Divulgação)

Operadora tem expectativa de alcançar 200 mil m³ de capacidade de armazenagem em suas instalações no porto até meados de 2025

A Santos Brasil está empenhada na conclusão de seu primeiro projeto no segmento de graneis líquidos, que está localizado no Porto do Itaqui (MA). O gerente executivo comercial para graneis líquidos da Santos Brasil, Bruno Mello, disse, nesta terça-feira (17), que as três áreas

arrendadas pela operadora, em 2021, caminham bem para a etapa final de implantação. Segundo

Mello, a previsão é, até o começo de 2025, dobrar para 100 mil metros cúbicos (m³) a capacidade de armazenagem da instalação, que já está em operação desde o final de 2022.

Na sequência, a expectativa da empresa é dobrar novamente, elevando para 200 mil m³ de capacidade até meados de 2025. O gerente comercial da área de granéis líquidos acrescentou que a Santos Brasil vem investindo em quatro novas linhas de dutos, em parceria com a Ultracargo, e que a capacidade ferroviária foi dobrada para 28 posições pensando na eficiência da logística.

"Hoje, estamos muito focados em entregar esse projeto, entregar o retorno prometido ao acionista. Mas estamos antenados, olhando para o futuro, tentando entender como será a consolidação da matriz energética, desses novos produtos e sustentabilidade para pensar no crescimento, novos projetos e, eventualmente, novos passos dentro da armazenagem de granéis líquidos", comentou Mello, em painel do fórum Sudeste Export, realizado em São Paulo (SP).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/09/2024

OSX PROJETA NOVAS OPORTUNIDADES LIGADAS AO OFFSHORE

Por Danilo Oliveira Indústria naval 17/09/2024 - 18:41



Arquivo/Divulgação

Com aquecimento do setor de O&G, empresa instalada no Porto do Açu (RJ) olha para atividades associadas ao descomissionamento, reciclagem e projetos de eólicas offshore

A OSX Brasil está confiante de que o aquecimento das atividades da cadeia de petróleo e gás offshore ampliem as oportunidades de negócios nos próximos anos. A avaliação da empresa é que a atracação de plataformas no complexo portuário e industrial do Açu para preparação para reciclagem traz uma série de oportunidades ligadas ao descomissionamentos. A OSX também acredita que há um grande potencial nas áreas de energias renováveis para empresas que atuam no complexo, localizado em São João da Barra (RJ), no norte fluminense.

O diretor presidente da OSX Brasil, Thiago Lemgruber, destacou que 80% da demanda na área da OSX têm sido para o mercado de O&G, para o qual o complexo do Açu é vocacionado, sobretudo em razão da logística de apoio marítimo offshore para o norte da Bacia de Campos. Lemgruber citou o aumento da produção e da quantidade de novas plataformas implantadas na bacia do pré-sal, que demanda cadeia de suprimentos cada vez mais robusta, ágil e eficiente.

Ele afirmou que o Açu está se transformando numa espécie de 'Macaé 100% privada', no sentido de planejamento integrado e sinergia entre players dentro do porto, com atividades como fábricas de flexíveis, base de apoio logístico e unidade de tratamento ambiental de resíduos. Segundo o presidente da OSX, as características vêm contribuindo para a atração de novas atividades para o complexo da Prumo Logística. "Na OSX, estamos envolvidos com o processo para fazer reciclagem verde dentro do complexo, uma das oportunidades de O&G", disse Lemgruber, nesta terça-feira (17), durante o fórum 'Sudeste Export', em São Paulo (SP).

Em julho, a OSX e a empresa indiana Priya Blue assinaram um acordo para desenvolver um estaleiro de descomissionamento e reciclagem verde na área da 'OSX Açu', espaço da OSX no Porto do Açu. Na ocasião, a OSX informou à Portos e Navios que o empreendimento deve destinar uma área de aproximadamente 50 mil metros quadrados (m²) para atender à crescente demanda do mercado de descomissionamento offshore da América do Sul, em especial da Bacia de Campos. O cronograma depende das oportunidades de mercado que estão sendo estudadas pelas duas parceiras.

Eólicas offshore

No evento de hoje, Lemgruber acrescentou que a OSX está atenta às oportunidades em razão da disponibilidade de ventos no norte do rio, próximo da costa, em profundidades baixas, para atender futuramente eólicas offshore. A localidade próxima ao Açú concentra grande parte dos parques em estudo no país, assim como áreas no Rio Grande do Sul e no Nordeste.

Atualmente, existem mais de 40 gigawatts (GW) de projetos com licenciamento solicitados no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Esses projetos, no entanto, ainda dependem do avanço do marco regulatório para serem viabilizados. "Estamos ansiosos para que avance e gere demanda. A partir dessa infraestrutura que já está sendo implantada lá [no Porto do Açú], estamos prontos para atender a esse mercado ligado à transição energética", projetou Lemgruber.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/09/2024

ANTAQ REALIZA AUDIÊNCIA SOBRE ARRENDAMENTO DO TMP-MACEIÓ

Da Redação Portos e logística 17/09/2024 - 19:33



A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) realizou, nesta segunda-feira (16), a Audiência Pública 09/2024 sobre o Terminal Marítimo de Passageiros de Maceió (TMP-Maceió). O objetivo foi coletar contribuições para aprimorar os documentos técnicos e jurídicos relacionados ao arrendamento da área no Porto de Maceió (AL).

O projeto prevê investimentos de R\$ 1,9 milhão ao longo de 25 anos para melhorias no estacionamento, pavimentação e drenagem do cais. Ao todo a audiência pública teve dois inscritos que participaram contribuindo de forma oral na audiência. As contribuições podem ser enviadas até 10 de outubro de 2024, exclusivamente pelo formulário eletrônico disponível no site da agência.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/09/2024

CRESCER MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS AGRÍCOLAS NOS PORTOS BRASILEIROS

Da Redação Portos e logística 17/09/2024 - 18:56



Em julho, os portos brasileiros movimentaram 119 milhões de toneladas de cargas, sendo 23,6 milhões de toneladas referentes a soja, milho, trigo e adubos fertilizantes, o equivalente a 20% do total. Adubos fertilizantes e soja tiveram aumentos de 18,6% e 6,4%, respectivamente, em comparação com o mesmo período do ano passado.

O trigo registrou alta de 60%. No total, o crescimento apresentado pela movimentação de cargas no modal portuário em julho foi de 1,38%. No acumulado dos primeiros sete meses de 2024, a movimentação portuária

subiu cerca de 4%.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/09/2024

PRODUÇÃO DE PETRÓLEO DA UNIÃO ATINGE NOVO RECORDE DE 86 MIL BARRIS POR DIA

Da Redação Offshore 17/09/2024 - 19:41



A produção de petróleo da União atingiu 86 mil barris de petróleo por dia (bpd) em julho, um aumento de 21,13% em relação a junho. O volume inclui a produção de oito contratos de partilha (81,76 mil bpd) e dos Acordos de Individualização da Produção (AIPs) das áreas de Tupi e Atapu. Esse aumento foi impulsionado principalmente pela produção no campo de Mero. A produção de gás natural da União também subiu para 175 mil m³ por dia, representando um crescimento de 5,4% em relação ao mês anterior.

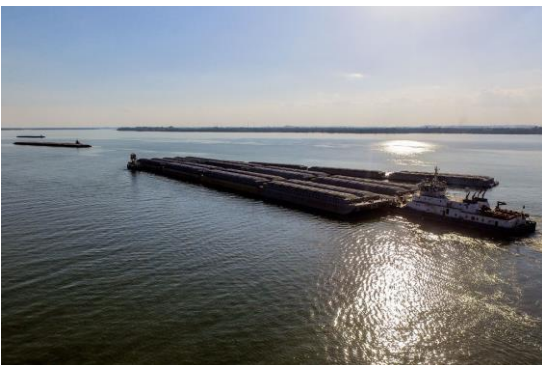
Os contratos de partilha mantiveram a produção total estável em 1 milhão de bpd, com o campo de Búzios liderando com 470 mil bpd, seguido de Mero (302 mil bpd) e Sépia (97,4 mil bpd). Desde de 2017, a produção acumulada no regime de partilha atingiu 873 milhões de barris, com 48,37 milhões de barris pertencentes à União.

A produção de gás natural disponível para exportação em regime de partilha foi de 4,11 milhões de m³ por dia em julho, um aumento de 8% em relação ao mês anterior, devido à exportação no FPSO Carioca, no Campo de Sépia. Desde 2017, a exportação acumulada de gás natural em regime de partilha é de 2,5 bilhões de m³, com 192 milhões de m³ pertencentes à União.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 18/09/2024

ARTIGO - BR DOS RIOS: PROGRAMA QUE PROMETE DESTRAVAR O POTENCIAL HIDROVIÁRIO BRASILEIRO

Por Bernardo Mendes Vianna, Erika Feitosa Chaves e Bernardo da Motta Santana Opinião 17/09/2024 - 19:37



É indiscutível que o Brasil possui características geográficas favoráveis ao transporte hidroviário interior, visto que o país possui uma rede fluvial e lacustre com 63 mil km de extensão, sendo quase 27 mil km de rios navegáveis e 15 mil km de vias potencialmente navegáveis, segundo a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

Um levantamento da Confederação Nacional do Transporte (CNT) constatou que o Brasil utiliza somente 19 mil km de seus rios para o transporte comercial, de cargas e passageiros, extensão que corresponde a somente a 30% de toda sua rede fluvial. De acordo com a ANTAQ, dentro da matriz de transporte brasileira, estima-se que aproximadamente 5% das cargas são movimentadas por vias fluviais. Essa baixa participação tem relação com a histórica falta de investimentos no transporte fluvial, diante do tratamento prioritário conferido ao transporte rodoviário.

Essa situação de subutilização do potencial fluvial decorre da infraestrutura deficiente na maior parte do país, excesso de burocracia, baixa efetividade de planos e programas governamentais, além dos poucos recursos financeiros investidos no setor, ao longo dos anos.

A maior parte do transporte fluvial brasileiro acontece no Arco Norte, região composta pelos estados de Roraima, Amapá, Amazonas, Pará e Maranhão, com grande logística portuária, onde está situada a maior bacia hidrográfica do mundo. Essa região da Amazônia possui cerca de 16 mil km de rios navegáveis, localizados em planaltos ou planícies, sem quedas d'água em seus percursos, que apresentam condições ideais para o incremento significativo do transporte fluvial de cargas.

Diante deste cenário, o Governo Federal idealizou um projeto de estímulo à navegação interior, de modo a promover e incentivar o transporte por meio das hidrovias brasileiras. O objetivo principal é atrair investimentos e ampliar a participação das hidrovias na matriz de transportes nacional,



considerando a diminuta movimentação de cargas que o modal atualmente representa frente aos demais.

Esse projeto foi alavancado perante o Governo Federal em 2020, inspirando-se no Projeto de Lei nº 4199/2020, conhecido como “BR do Mar”, encaminhado ao Congresso Nacional através do Ministério da Infraestrutura, cujo escopo visava incentivar, aumentar a competitividade e impulsionar o transporte marítimo de cabotagem no Brasil.

Havia uma promessa de que, até o final de 2023, o projeto de regulamentação e incentivo ao transporte aquaviário, o “BR dos Rios”, seria finalizado. No entanto, o Ministério de Portos e Aeroportos e a ANTAQ ainda trabalham conjuntamente para definir a estruturação e as linhas estratégicas do programa antes do encaminhamento ao Congresso.

Os rumores e as expectativas acerca da finalização do projeto aumentaram nos últimos meses em razão de alguns acontecimentos que esbarram no tema. O ministro de Portos e Aeroportos, Silvano Costa Filho estabeleceu que sua gestão terá como prioridade o desenvolvimento do transporte aquaviário. Em abril de 2024, por meio do Decreto nº 11.979, o Ministério oficializou a concretização de seu desejo, criando a Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação (SNHN), com o principal objetivo de impulsionar o desenvolvimento do transporte aquaviário no Brasil, explorando o potencial hidroviário nacional e integrando os setores de navegação marítima e interior. A criação da SNHN é vista como um marco para o desenvolvimento do transporte aquaviário no Brasil e, não por acaso, será a protagonista dos próximos passos do projeto “BR dos Rios”, finalizando a estruturação do programa e encaminhando ao Congresso Nacional para discussão e votação.

A existência da Secretaria é fundamental para a criação e implementação de políticas públicas, até então, pouco eficientes. Isso porque, desde o início do século XXI, tanto as cheias quanto as secas na Amazônia se potencializaram, passando a ser mais severas e com menos espaçamento entre as ocorrências, afetando, assim, o volume dos rios e a regulação do ciclo hidrológico. Nos últimos anos, foram registrados nove eventos de cheias severas, mesmo número em todo o século passado. O desmatamento e as queimadas também contribuem para essa conjuntura.

A estiagem no Rio Amazonas vem preocupando empresas de cabotagem diante de seu impacto, até mesmo nas movimentações realizadas perante o Porto de Santos. Em 2023, as consequências da seca foram bastante negativas para o porto, que deixou de receber mercadorias da Zona Franca de Manaus, prejudicando a distribuição dos produtos para o restante dos estados. Essas empresas temem que essa estiagem seja tão severa quanto a passada, paralisando a entrada e saída de navios de grande porte no Rio Amazonas. Contudo, o Ministério de Portos e Aeroportos afirma que medidas estão sendo tomadas para minimizar os impactos da seca dos rios em Manaus.

De acordo com o Governo Federal, as iniciativas para o melhor aproveitamento das hidrovias já são uma realidade, na medida em que existem projetos concretos voltados à dragagem de hidrovias relevantes para o transporte marítimo, que, anualmente, são impactadas pela estiagem, especialmente na Região Norte, nos Rios Amazonas e Solimões.

Considerando os altos custos para o desenvolvimento da infraestrutura fluvial, o Governo, com o objetivo de obter recursos privados para o desenvolvimento hidroviário, pretende realizar, ao menos, cinco leilões de concessões hidroviárias para aprimorar o desenvolvimento do modal de transporte de cargas e passageiros pelas águas fluviais do país. Inclusive, já está prevista a publicação de edital para a concessão da Hidrovia do Madeira, que compreende partes dos estados do Amazonas e de Rondônia, para dezembro de 2024. Com uma maior participação da iniciativa privada na gestão e nos investimentos, confia-se que o desenvolvimento e manutenção das hidrovias serão implementados de forma mais rápida e eficiente.

Além do incremento de viabilizar a maior movimentação de cargas e pessoas, a ampliação do transporte hidroviário seria um dos principais meios para alcançar um dos compromissos assumidos pelo Brasil na COP21, relativos ao setor transportador, que é a redução da emissão de gases efeito estufa, visando a minimização dos impactos ambientais do transporte. Segundo, ainda, a CNT,

dentre as diversas modalidades, o aquaviário é o mais sustentável, principalmente para percursos de longas distâncias. Comparativamente, o transporte aquático é o que tem menos emissões de gases poluentes. De acordo com estudo feito pela ANTAQ, o meio hidroviário consome somente 26% do combustível necessário pelo rodoviário, considerando mesmo volume de carga e distância percorrida.

Conclui-se, portanto, que o projeto conhecido como BR dos Rios, além de impulsionar a economia do país com a possibilidade de maior movimentação de carga e pessoas, com menor custo, está em linha com os compromissos assumidos na COP21. Ademais, por meio da exploração do grande potencial fluvial do país e do incentivo ao desenvolvimento da navegação interior, espera-se uma significativa redução na produção de gases poluentes por transportes, e, conseqüentemente, com impacto ambiental extremamente positivo diante do cenário de secas e cheias.

Bernardo Mendes Vianna, Erika Feitosa Chaves e Bernardo da Motta Santana são, respectivamente, sócio e associados da área Marítima do Vieira Rezende Advogados

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/09/2024

FLÁVIO AUGUSTO DA SILVA

Por Executivos 17/09/2024 - 19:42



Divulgação: Marinha do Brasil

A Marinha do Brasil realizará, nesta quarta-feira (18), a cerimônia de entrega do título de “Embaixador de Comunicação Estratégica da Marinha do Brasil” ao empresário Flávio Augusto da Silva, a bordo do Navio-Aeródromo Multipropósito “Atlântico”. O evento contará também com a presença de atletas olímpicos do Programa Olímpico da Marinha.

Flávio Augusto, conhecido por sua atuação no empreendedorismo, vai colaborar voluntariamente na divulgação das atividades da Marinha e no desenvolvimento da mentalidade marítima no Brasil. O empresário terá o papel de auxiliar na comunicação estratégica da Marinha, utilizando seus canais e conhecimentos para capacitar profissionais e aumentar a conscientização da população e de autoridades governamentais sobre a importância do poder marítimo para o país.

O empresário tem histórico de ligação com a Marinha, tendo iniciado sua formação no Colégio Naval. Em sua nova função, ele apoiará ações voltadas para o aprimoramento das estratégias de comunicação da Marinha do Brasil.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/09/2024

SETOR DE ENERGIA AUMENTA VINDA DE ESTRANGEIROS E FACILITA INTERCÂMBIO TECNOLÓGICO NO BRASIL

Da Redação Offshore 17/09/2024 - 19:45



Arquivo/Divulgação

O setor de energia é responsável por quase metade dos vistos de trabalho emitidos para estrangeiros no Brasil, com empresas de óleo e gás e energias renováveis liderando a demanda por profissionais internacionais. De acordo com levantamento da Fragomen, os crescentes investimentos no setor sugerem que a entrada de estrangeiros deve continuar a crescer, atraindo não apenas mão de obra, mas também investidores interessados em conhecer as práticas brasileiras.

"Esse cenário não é exclusivo do Brasil. Garantir a colaboração entre especialistas nacionais e internacionais posiciona o país de forma mais competitiva no mercado global de energia e também impulsiona a inovação tecnológica e pode ser a chave para a capacitação de mão de obra também na esfera do conhecimento", disse o Diogo Kloper, Diretor de Imigração da Fragomen no Brasil.

A vinda desses profissionais tem sido essencial para a expansão e modernização de refinarias, embarcações e plataformas de produção, desenvolvimento tecnológico como na geração de energia offshore e outras fontes alternativas. Essas dinâmicas impulsionam a capacitação local e o intercâmbio de conhecimentos, promovendo o avanço tecnológico e o desenvolvimento de talentos nacionais no mercado global de energia.

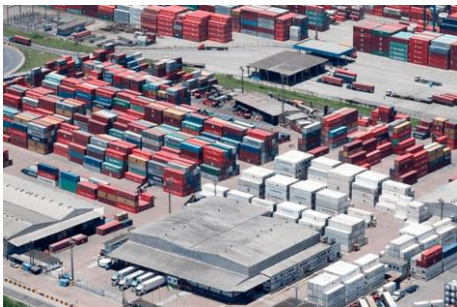
"Nestes mercados há diversos acordos para cooperação tecnológica, ou seja, a presença destes estrangeiros inclui uma troca de conhecimentos e treinamento da mão de obra nacional. A qualificação dos nossos profissionais, além de garantir um número mínimo de brasileiros para cada estrangeiro como determinado pelas leis vigentes, ainda coloca nossos talentos em condições de competir por vagas em outros países, elevando o padrão técnico dos profissionais brasileiros", afirmou Kloper.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/09/2024

MOVECTA REGISTRA CRESCIMENTO DE 70% NA OPERAÇÃO DE CARGA FRACIONADA

Da Redação Portos e logística 17/09/2024 - 19:39



Divulgação

A Movecta teve um crescimento expressivo de 70% em sua operação de carga fracionada (LCL - Less Container Load) nos primeiros oito meses de 2023. A movimentação de produtos importados aumentou de 4,5 mil HBLs (house bill of lading) nos oito primeiros meses de 2022 para 7,5 mil HBLs no mesmo período deste ano.

A empresa intensificou suas operações nos principais corredores marítimos de Suape, Itajaí e Santos. Além disso, investiu na verticalização da operação e na contratação de pessoal especializado, oferecendo serviços complementares como etiquetagem, montagem de kits e separação por SKU. Os principais setores atendidos são químicos, eletrônicos, máquinas, equipamentos e implementos automotivos

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/09/2024

ESTUDO DA ABOL APONTA NECESSIDADE DE MELHORIAS NA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA

Por Lorena Parrilha Teixeira Portos e logística 17/09/2024 - 18:54



Arquivo/Divulgação

Levantamento apresentado pela associação aponta que 24% dos entrevistados acreditam que infraestrutura dos portos precisa ser melhorada, enquanto 16% identificam necessidade de aperfeiçoamento nas vias de acesso aos portos

Pela primeira vez, a Associação Brasileira de Operadores Logísticos (Abol) apresentou em seu estudo detalhes sobre a descarbonização e infraestrutura portuária e aeroportuária. O estudo "Perfil dos Operadores Logísticos 2024", divulgado nesta terça-feira (17), revela um cenário



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 098/2024
Página 66 de 66
Data: 18/09/2024
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

de desafios e oportunidades para os operadores de logística. De acordo com o levantamento, apenas 12% do transporte logístico no Brasil são realizados por cabotagem, enquanto o transporte marítimo internacional responde por 11%, e o hidroviário representa 5%.

No que se refere à infraestrutura portuária, a pesquisa indica que 18% dos operadores logísticos (OLs) identificam gargalos nas operações. Outro ponto de destaque é o aumento do custo de operação, sentido de maneira diversa pelos operadores. No setor portuário, apenas 11% dos entrevistados relataram um impacto significativo no aumento dos custos, enquanto na cabotagem 15% sentiram um peso maior, e no transporte hidroviário, esse percentual foi de 5%. O principal vilão foi o aumento no preço dos combustíveis, que afetou vários segmentos de operação.

“Não é de hoje que os OLs driblam a alta do combustível, que sempre representa uma parcela significativa dos seus custos operacionais, e vêm buscando alternativas para evitar grandes prejuízos. Quando se trata de investimentos, a constante evolução tecnológica tem impacto direto, uma vez que os operadores precisam acompanhar as tendências, aumentando a produtividade e mantendo a competitividade”, disse Marcella Cunha, diretora executiva da Abol, durante coletiva de imprensa para detalhar o estudo.

Em relação às expectativas e demandas do setor, os OLs veem a redução da carga tributária e a melhoria da infraestrutura rodoviária como prioridades para o governo. Ainda assim, 24% dos entrevistados acreditam que a infraestrutura portuária precisa ser melhorada, e 16% apontam a necessidade de aperfeiçoamento nas vias de acesso aos portos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 18/09/2024



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS
Data: 18/09/2024